

- Os Danos do Tabagismo
- Dependência
- Níveis de Nicotina
- Cigarros Light
- Marketing para os Jovens
- Tabagismo Passivo

## O VEREDICTO FINAL:

*Trechos do processo Estados Unidos x Philip Morris*





## **O Veredito Final:**

---

TRECHOS DO PROCESSO ESTADOS UNIDOS X PHILIP MORRIS

2008 © Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr  
2006 © Tobacco Control Legal Consortium

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte.

Tiragem: 1ª edição – 2008 – 3.000 exemplares

*Elaboração, distribuição e informações:*

Aliança de Controle do Tabagismo - ACTbr  
Rua Pamplona, 724 cj. 17  
CEP: 01405-001 Sao Paulo - SP - Brasil  
Tel. +55(11)3284-7778/3284-2456  
act@actbr.org.br  
www.actbr.org.br

*Edição*

Aliança de Controle do Tabagismo - ACTbr  
Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS

*Tradução*

Renata Galhanone

*Diagramação*

All Type Assessoria Editorial Ltda

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

O Veredicto Final: Trechos do Processo Estados Unidos X Philip Morris

O presente texto é uma tradução da publicação preparada por Mike Freiberg, J.D, com edição de Kerry Cork, J.D. e Maggie Mahoney, J.D. e projeto gráfico de Robin Wagner.

Título original: The Verdict Is In: Findings from United States vs. Philip Morris

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	5
<b>Introdução</b> .....	7
<b>Os Danos do Tabagismo</b> .....	9
<b>Dependência</b> .....	15
<b>Níveis de Nicotina</b> .....	21
<b>Cigarros <i>Light</i></b> .....	27
<b><i>Marketing</i> para os Jovens</b> .....	35
<b>Tabagismo Passivo</b> .....	42
<b>Supressão de Informações</b> .....	48
<b>Notas Finais</b> .....	54



# Apresentação

Em 1999, o governo federal norte americano promoveu ação judicial contra 11 tabageiras por violação da legislação que cuida de crime organizado, extorsão e organizações corruptas. Em sentença histórica, proferida em 2006, a Juíza Gladys Kessler reconheceu que a indústria está por trás da epidemia tabagista e atua em conjunto e coordenadamente para enganar a opinião pública, governo, comunidade de saúde e consumidores.

A decisão disseca, de forma contundente e estarrecedora, as provas das estratégias antiéticas da indústria; uma indústria pautada pela falta de ética e pela ausência de compromisso com a vida e a saúde de fumantes e não fumantes, que mentiu, omitiu, enganou e, de forma conspiratória, fraudou os Estados Unidos e o mundo.

A presente publicação é a tradução para o português de capítulos da sentença compilados pelo *Tobacco Control Legal Consortium*, consórcio de escritórios de advocacia norte-americanos que fornece suporte jurídico para o controle do tabaco. A sua importância se deve ao notável desconhecimento do Poder Judiciário pátrio, dos demais operadores do direito, dos consumidores, do Poder Público e da sociedade civil sobre as estratégias da indústria tabageira no mundo e, também, no Brasil.

Apesar de contarmos com um Judiciário que cada vez mais surpreende pelo elevado nível de bem fundamentadas decisões a favor de fumantes e seus familiares, a maioria dos magistrados ainda decide de acordo com o que lhe diz a indústria, que no Brasil perpetua muitas das estratégias deflagradas na sentença da Juíza Kessler.

A divulgação desse trabalho é oportuna pois, de forma clara e abrangente, torna público o que se sabe sobre a indústria do tabaco e o produto por ela produzido. Os temas tratados nessa compilação são: danos do tabagismo, dependência, níveis de nicotina, cigarros light ou baixos teores, publicidade para os jovens, tabagismo passivo e supressão de informação.

A ACTbr busca contribuir para que o Brasil tenha políticas públicas abrangentes de controle do tabaco, que protejam de forma efetiva as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo, produção e exposição à fumaça do tabaco. A presente publicação é parte dessa missão.



Paula Johns  
Diretora Executiva  
ACTbr - Aliança de Controle do Tabagismo



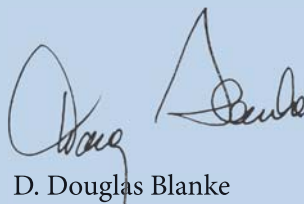


# Introdução

“Acabou a discussão.” Assim se pronunciou o Ministério da Saúde americano, quando da divulgação do seu decisivo *Surgeon General’s Report*, de 2006, sobre os riscos do fumo passivo. Agora é o fim de outra controvérsia. A histórica sentença que deu origem a essa publicação – a Decisão Final no processo *Estados Unidos X Philip Morris*, em que o Estado americano acusava os fabricantes de cigarros de fraude – dizima qualquer dúvida que ainda reste sobre quem está por trás da epidemia global de tabagismo.

Após seis anos de litígio, nove meses de julgamentos, centenas de depoimentos e milhares de provas, chegou-se ao Veredito. Uma jurista imparcial e altamente respeitada, a Juíza Gladys Kessler da Vara Federal do Distrito de Columbia, estudou as provas e proferiu a sentença decisiva sobre a conspiração por meio da qual a indústria do tabaco, há 50 anos, tenta enganar os Estados Unidos e o mundo. Mais importante ainda, sua decisão desmascara as falsas alegações de que essas empresas teriam mudado seus métodos. Em uma área após a outra, a Juíza descobriu que a fraude continua, até os dias de hoje.

A magnífica decisão da Juíza Kessler constitui uma obra-prima de erudição jurídica: clara, abrangente e imperiosa. O único senão é sua extensão. Com tantos engodos a relatar, a sentença é mais longa que um romance russo, excedendo 1.700 páginas. O próprio peso do volume já basta para desencorajar a maioria dos leitores. Por isso, preparamos essa publicação, uma compilação de trechos (textuais) da decisão, que fornecem aos legisladores, aos defensores da saúde pública e à população fatos contundentes sobre as empresas de cigarro e seus executivos: o que sabiam, quando o sabiam e como continuam a enganar o consumidor e a manipular as políticas públicas. Esperamos que, de posse dessas evidências, tenhamos maiores chances de consertar os estragos que essas empresas têm provocado.



D. Douglas Blanke  
Diretor Executivo  
Tobacco Control Legal Consortium

## Guia para o Leitor

**O Veredito Final: Trechos do Processo *Estados Unidos X Philip Morris*** é uma compilação de citações selecionadas dentre as 1.259 páginas de autos processuais num documento jurídico com mais de 1.700 páginas. Nosso objetivo, ao preparar essa compilação, foi extrair os trechos mais significativos do processo, de forma a tornar essa história direta e facilmente compreensível. O texto completo da Decisão Final do Tribunal está disponível em <http://www.tobaccolawcenter.org/dojlitigation.html>.

Tomamos o cuidado de transcrever literalmente todos os trechos, mantendo sua ordem cronológica dentro da sentença judicial. Em certos casos, para esclarecer a citação, inserimos informações adicionais entre colchetes, tais como o nome completo da empresa ou o título de um indivíduo. Ocasionalmente, foram feitas adaptações dos textos para as legendas das fotos. Durante o processo de compilação, usamos as seguintes convenções editoriais para as citações e fontes de referência.

## Os Réus e suas Siglas

Os 11 réus do processo são:

- Philip Morris, Inc., atualmente Philip Morris USA, Inc. (“Philip Morris”)
- R.J.Reynolds Tobacco Co., atualmente Reynolds American (“R.J.Reynolds” ou “RJR”)
- Brown and Williamson Tobacco Co., hoje parte da Reynolds American (“Brown & Williamson” ou “B&W”)
- Lorillard Tobacco Company (“Lorillard”)
- The Liggett Group, Inc. (“Liggett”)
- American Tobacco Co., que se fundiu com a Brown & Williamson, atualmente parte da Reynolds American (“American Tobacco”)
- Philip Morris Cos., atualmente Altria (“Altria”)
- B.A.T. Industries p.l.c. (“BAT Ind.”), atualmente parte da BATCo, British American Tobacco (Investments) Ltd. (“BATCo”)
- The Council for Tobacco Research – U.S.A., Inc. (“CTR”)
- The *Tobacco Institute*, Inc. (“TI”)

## Numeração dos Parágrafos

A decisão judicial observa a forma de parágrafos numerados. Mantivemos sua numeração original para facilitar a consulta do trecho dentro do contexto original da Decisão final.

## Elipses

Sempre que omitimos uma ou mais palavras de um parágrafo, usamos elipses, seguindo as regras para citações jurídicas do *Blue Book* (18ª Ed., 2005, regra 5.3). Como transcrevemos citações retiradas do documento inteiro, não utilizamos elipses no começo dos parágrafos se a primeira sentença citada não for a primeira do parágrafo.

## Notas

Para tornar a leitura mais fluente, todas as citações legais encontram-se na forma de notas finais. Os números das notas finais referem-se a esse documento apenas. A sentença, em sua forma original, também contém algumas notas de rodapé numeradas. Nos poucos casos em que citamos um trecho com uma nota de rodapé do original, esta foi localizada no final da mesma página, sinalizada com um asterisco.

# Os Danos do Tabagismo

**Os réus, há décadas, vêm desonestamente negando, desvirtuando e minimizando os significativos malefícios do tabagismo para a saúde**

## Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler explica como as provas demonstram que os réus sabiam, há mais de cinquenta anos, que o cigarro causa doenças, mas sempre negaram seus efeitos danosos para a saúde. A Juíza Kessler descreve como os réus, durante todo esse tempo, empreenderam esforços no sentido de atacar e desacreditar as provas científicas da ligação entre tabagismo e doenças.

**509.** Fumar cigarros causa doenças, sofrimento e morte. Apesar de reconhecer internamente esse fato, em público os réus têm, há décadas, negado, distorcido e minimizado os riscos do tabagismo. O conhecimento, por parte da comunidade médica e científica, da relação entre tabagismo e doenças evoluiu durante a década de 1950 e atingiu um consenso em 1964. No entanto, mesmo depois dessa data, os réus continuaram a negar tanto a existência desse consenso, como as esmagadoras evidências em que se baseava.

### 1. Fumar cigarros causa doenças

**510.** O tabagismo ativo e o tabagismo passivo (também conhecido por “Poluição Tabagística Ambiental ou “PTA”) matam quase 440.000 americanos, todos os anos.<sup>1</sup>

### 2. Pesquisas científicas sobre o câncer de pulmão até dezembro de 1953

**a. Cientistas investigando a crescente incidência do câncer de pulmão estabeleceram uma ligação entre o fumo e a doença antes de 1953.**

**538.** Virtualmente desconhecido como *causa mortis* em 1900, por volta de 1935 o câncer de pulmão já era considerado a causa de cerca de 4.000 mortes por ano.<sup>2</sup>

**539.** O aumento dos casos de câncer de pulmão seguiu-se ao enorme crescimento no consumo de cigarros, ocorrido no começo do século XX.<sup>3</sup>

**541.** Já em 1928, pesquisadores realizando um grande estudo de campo associaram a intensidade do tabagismo ao câncer.<sup>4</sup>

**547.** Analisando os dados de pacientes com câncer de pulmão e do grupo de controle, no final do ano de 1948 e início de 1949, ficou claro para [Sir Richard] Doll e [Bradford] Hill [do *Medical Research Council*, uma unidade do *National Health Service* do Reino Unido] que o cigarro era o fator crucial no aumento de casos de câncer de pulmão... As descobertas eram impressionantes: dentre os 647 pacientes com câncer de pulmão, no estudo de Doll e Hill, todos os 647 eram fumantes.<sup>5</sup>

**b. Já em 1953, os réus reconheciam a necessidade de uma ação conjunta para confrontar a acumulação de provas das sérias conseqüências do tabagismo.**

**558.** Os estudos relacionando o fumo ao câncer de pulmão começaram a receber atenção fora da comunidade científica por volta de 1953. Reportagens, como o artigo do *Reader's Digest* intitulado “Câncer em Maços”, por exemplo, divulgavam as descobertas científicas na mídia nacional, gerando preocupações no público.<sup>6</sup>

**“Os resultados de 34 estudos estatísticos diferentes mostram que fumar cigarros aumenta o risco de desenvolver câncer de pulmão. Muitas autoridades acreditam que essa relação seja de causa-e-efeito.”**

Alan Rodgman, cientista da R.J.Reynolds, em 1962



563. Enquanto continuavam a insistir que não havia indícios da insalubridade do cigarro, os Réus passaram a promover agressivamente produtos que, conforme sugeriam, eram mais seguros.

### 3. Progressos entre 1953 e 1964

**a. Entre 1953 e 1964, aumentaram as evidências demonstrando os significativos malefícios do tabagismo para a saúde, apesar de um consenso não ter sido alcançado.**

574. Dada a diversidade dos pontos de vista entre cientistas respeitados e independentes, a Corte não entende, conforme argumentação do Estado, que em meados da década de 1950 havia sido alcançado o consenso de que o cigarro “causasse” câncer, no sentido científico preciso do termo.

581. Em 1961, os editores do *New England Journal of Medicine* afirmavam que...:

...a maior parte das provas é estatística e demonstra uma forte associação entre o consumo intensivo de cigarros e o câncer de pulmão... Muitos observadores conscienciosos acreditam haver fortes indicações em favor de uma relação causal na grande maioria dos casos... Outros permanecem não convencidos... Cada indivíduo deve escolher seu curso de ação, seja cortejar a sedutora nicotina ou renegar essa erva maldita, enquanto a busca pela verdade continua.<sup>7</sup>

593. Em resumo, até o começo da década de 1960, a visão da comunidade científica tinha chegado à conclusão de que as evidências suportando o nexos causal entre o fumo e o câncer de pulmão estavam suficientemente estabelecidas e reconhecidas – ainda que não houvesse uma certeza científica – e que era apropriado advertir a população sobre os perigos do tabagismo.

**b. Antes de 1964, os Réus reconheciam internamente as crescentes evidências de que fumar causa danos significativos à saúde.**

594. Documentos internos revelam que o conhecimento dos Réus sobre os danos potenciais causados pelo tabagismo contrastava bastante com suas negativas públicas sobre o assunto. Os Réus, especificamente, reconheciam a validade do crescente corpo de provas científicas que existia nos anos 1950.

603. Em 1962, [Alan] Rodgman [cientista da R.J.Reynolds (RJR)] deu seu parecer sobre “tabagismo e problemas de saúde”:

... Os resultados de 34 diferentes estudos estatísticos mostram que fumar cigarros aumenta o risco de desenvolver câncer de pulmão. Muitas autoridades acreditam que essa relação seja de causa-e-efeito.<sup>8</sup>

604. Em 1995, apesar do que escreveu, o Dr. Rodgman afirmou sob juramento que, em 1962, discordava de que “era mais provável que improvável que fumar cigarros causasse problemas de saúde.” Essa explicação contradiz diretamente as claras palavras em seus próprios documentos, apresentados ao tribunal, escritos 40 anos antes de seu depoimento de 1995. Além disso, o Dr. Rodgman recebia incentivos financeiros para dar um testemunho favorável à RJR quando depôs... O repúdio, pelo Dr. Rodgman, das extensas análises e descobertas de sua própria pesquisa no final dos anos 1950 e começo dos 60, claramente não é digno de crédito.

**c. Durante a década de 1950, os Réus iniciaram uma campanha conjunta para, de má fé, negar e deturpar a existência de uma relação entre o tabagismo e doenças, ainda que seus documentos internos reconhecessem essa existência**

625. Conforme escreveu William Kloepfer, Vice-Presidente de Relações Públicas do *Tobacco Institute*,

para Earle Clements, Presidente do mesmo instituto, internamente os Réus reconheciam que:

Nossa postura básica na controvérsia sobre o cigarro pode ficar sujeita à acusação, e mesmo à descoberta, de que estamos fazendo declarações falsas ou enganosas para promover a venda de cigarros.<sup>9</sup>

**636.** Os Réus perceberam – e aproveitaram – os argumentos de negação e racionalização utilizados pelos fumantes. Em um memorando para Joseph F. Cullman, George Weissman, Vice-Presidente Executivo Overseas (Internacional) da Philip Morris afirma, em reação ao relatório de 1964 do *Surgeon General* (Ministério da Saúde americano): “No futuro, devemos dar respostas que ofereçam aos fumantes uma muleta psicológica, uma racionalização para continuar fumando.” Entre as “muletas” e “racionalizações” propostas estavam questões de teor médico, como “mais pesquisas são necessárias” e “existem contradições” e “discrepâncias”.<sup>10</sup>

#### **4. O Relatório de 1964 do *Surgeon General* consolidou o consenso científico de que o tabagismo causa doenças**

#### **5. Pesquisas pós-1964 sobre os efeitos nocivos do fumo sobre a saúde e suas constantes contestações pelos Réus**

**a.** Após a publicação do Relatório de 1964, a comunidade científica continuou a documentar a relação entre o fumo e uma variedade de sérias consequências para a saúde.

**b.** Documentos internos e estudos empreendidos pelos Réus nas décadas de 1960, 1970 e posteriores revelam seu reconhecimento consistente de que fumar causa sérios malefícios à saúde, bem como o medo do impacto de tal conhecimento em litígios judiciais.

**664.** Pelo menos a partir de janeiro de 1964, quando da divulgação do relatório do *Surgeon General*, os Réus sabiam que havia consenso dentro da comunidade científica de que fumar causava câncer de pulmão e outras doenças. Apesar disso, publicamente insistiam na tese de existir ainda controvérsia e disputa sobre descobertas científicas com respeito à conexão entre o tabagismo e doenças, sabendo que suas afirmações eram falsas.

**672.** Na década de 60, a RJR instalou um laboratório [apelidado de “*Mouse House*”, ou “Casa dos Ratos”] em Winston-Salem, North Carolina, onde se usavam ratos para pesquisar os efeitos do fumo sobre a saúde.

**673.** As pesquisas feitas pelo grupo de ciência e saúde da RJR na *Mouse House* eram rotineiramente omitidas do conhecimento da comunidade científica – os pesquisadores eram proibidos de discutir ou de publicar suas descobertas.<sup>11</sup>

**674.** Como resultado do trabalho na *Mouse House*, a RJR tinha ciência da relação entre tabagismo e enfise-ma. Após uma longa exposição à fumaça, os animais sofriam perda de peso e mudanças no metabolismo dos lipídios, tanto no surfactante como no pulmão e no fígado.<sup>12</sup>

**677.** Em 1970, o Presidente da Philip Morris queixou-se à RJR sobre o trabalho desenvolvido pela *Mouse House*. A reação da RJR foi encerrar abruptamente as atividades do laboratório, apesar dos progressos nele obtidos. A divisão inteira de pesquisa foi desmembrada em um só dia, sem aviso prévio aos funcionários. Todos os 26 cientistas da *Mouse House* foram demitidos e destruídos anos de pesquisas médicas sobre o fumo.<sup>13</sup>

**686.** Em 1980, o Dr. Gary Huber [pesquisador de Harvard financiado pela indústria do tabaco] tentou dar continuidade a suas pesquisas sobre fumo e saúde com animais, ao perceber que estava fazendo progressos significativos. Porém, os Réus cortaram o apoio financeiro às pesquisas do Dr. Huber em Harvard e lhe negaram a solicitação de fundos para pesquisa quando ele se mudou para a Universidade de Kentucky. Numa reunião, em 1980, os advogados dos Réus explicaram a Huber a razão por que seu fundo de pesquisa tinha sido descontinuado: ele “estava chegando perto demais de certas coisas.”<sup>14</sup>

**688.** Quando Huber foi intimado pelo Estado do Texas para testemunhar num processo judicial contra os Réus em 1997, os advogados da defesa ... contataram-no, insistindo para que “permanecesse fiel, mantendo-se firme”<sup>15</sup>. Os advogados insinuaram que Huber não “percebia completamente o poder dos... representantes da indústria do tabaco”. Esses contatos levaram Huber a temer pela segurança física e financeira de sua família.<sup>16</sup> A mensagem era clara: os Réus queriam silenciar a testemunha.<sup>17</sup>

697. Em 1974, David Hardy do [escritório de advocacia] Shook, Hardy & Bacon aconselhou a [British American Tobacco (Investments) Ltd. (BATCo)] a não admitir publicamente o que seus cientistas sabiam internamente – que fumar causa doenças. Na época, a BATCo estava considerando colocar um aviso nos maços de cigarros vendidos na Inglaterra – sem nenhuma exigência do governo – afirmando que “fumar causa câncer de pulmão, bronquite e doenças cardiovasculares.” Em sua carta dirigida à BATCo, Hardy advertia que essa admissão de fatos impediria a defesa do fumo em litígios nos Estados Unidos.<sup>18</sup>

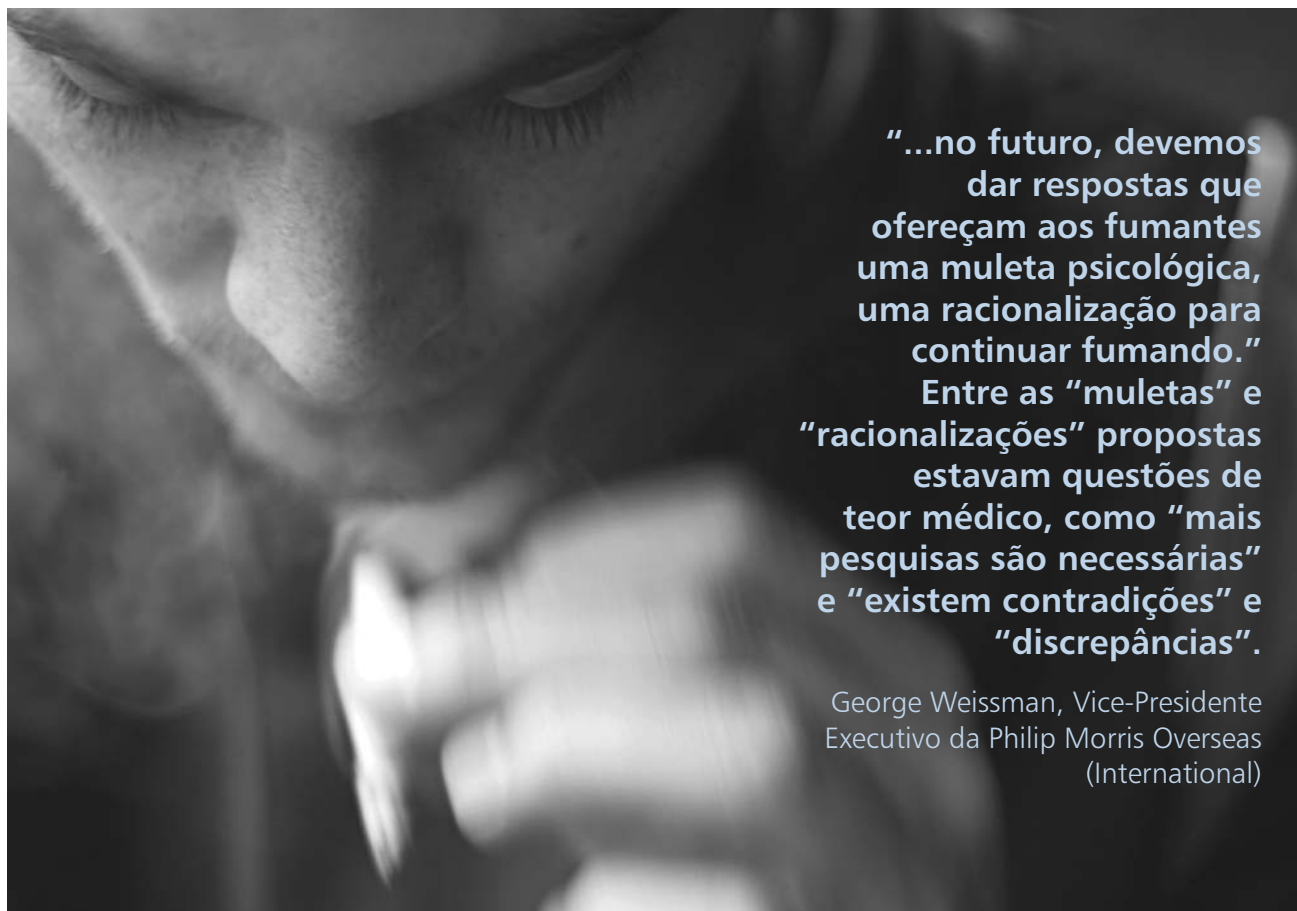
699. No texto de um memorando interno confidencial de 1980, analisando a posição pública da BAT e seu impacto sobre a posição [da Brown & Williamson’s] em processos judiciais, a BATCo admitia: “É simplesmente incorreto dizer que ainda não existem provas científicas de que fumar causa danos à saúde.”<sup>19</sup>

**c. A despeito de seu conhecimento interno, os Réus continuaram, após 1964, a desonestamente negar e distorcer os sérios danos à saúde causados pelo tabagismo.**

725. Em 10 de agosto de 1967, em um memorando da RJR, J.S. Dowdell reconhecia para C.B. Wade que:

Apesar de nossa indústria ter poucas evidências positivas, se é que as tem, para suportar a campanha agressiva hoje necessária para mudar significativamente a opinião pública, as atitudes das pessoas podem ser mudadas... A opinião altamente desfavorável sobre os riscos do tabagismo permanecerá, e não poderá ser conduzida para uma direção mais favorável, a menos que seja idealizada uma ação mais positiva da indústria, no sentido de contrabalançar a propaganda e publicidade anti-tabagismo.<sup>20</sup>

736. Durante uma entrevista para a TV, [o Presidente da Philip Morris Joseph] Cullman negou que o cigarro prejudicasse as mulheres grávidas ou seus bebês: “É verdade que as crianças nascidas de mulheres fumantes são menores, mas são tão saudáveis quanto os bebês gerados por mulheres que não fumam. Algumas mulheres, inclusive, preferem ter bebês menores.”<sup>21</sup>



743. Os Réus publicaram cáusticos comentários sobre relatórios oficiais demonstrando os efeitos nocivos do fumo sobre a saúde. Por exemplo, um *press release* do *Tobacco Institute*, datado de 26 de fevereiro de 1972, afirmava que o relatório do *Surgeon General* de 1972, “As Conseqüências do Tabagismo para a Saúde”, “era um insulto à comunidade científica”, consistindo em “mais um exemplo de ‘ciência para a imprensa’ – uma obra-prima de obscurantismo burocrático.”<sup>22</sup>

758. Um ano antes da divulgação do Relatório do *Surgeon General* sobre Tabagismo e Saúde de 1979, os Réus começaram a planejar sua resposta ao que esperavam ser divulgado. Suas táticas incluíam uma força-tarefa para redigir e publicar um documento refutando o relatório oficial. Ao invés de encomendar a avaliação, por cientistas, das provas e descobertas publicadas no Relatório, o *Tobacco Institute* designou um profissional de relações públicas para pesquisar, redigir e editar o documento de contestação.<sup>23</sup>

780. O *Tobacco Institute* ... alegou ter revisto os testemunhos dados, em 1982 e 1983, durante as audiências no Congresso americano sobre rotulagem dos produtos de tabaco, e declarou que:

Trinta e nove cientistas apresentaram testemunhos contrários às propostas de lei... Quinze testemunhas explicaram por que consideravam não-comprovada a hipótese de que o cigarro causa câncer de pulmão ... Outras testemunhas também questionaram a afirmação de que fumar cigarros causa enfisema, em particular, e doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC).

O relatório deixou de mencionar que a maior parte dessas testemunhas eram consultores científicos da indústria do tabaco, por ela financiados através da *Special Account n° 4*.<sup>24</sup>

784. Em janeiro de 1990, o Gerente de Relações Públicas da RJR encaminhou uma carta para o diretor de uma escola secundária e para um dos alunos, afirmando que: ... “Apesar de todos os estudos em curso, o fato



Um *press release* do *Tobacco Institute*, datado de 26 de fevereiro de 1972, afirmava que o relatório do *Surgeon General* de 1972, “As Conseqüências do Tabagismo para a Saúde”, “era um insulto à comunidade científica”, consistindo em “mais um exemplo de ‘ciência para a imprensa’ – uma obra-prima de obscurantismo burocrático.”

puro e simples é que, infelizmente, os cientistas não sabem o que causa as doenças crônicas que costumam ser associadas ao fumo.”<sup>25</sup>

## 6. Até 2005, os Réus ainda não admitiam as sérias conseqüências do tabagismo para a saúde, que há décadas eles reconheciam internamente

796. Em abril de 1994, perante uma famosa sessão do Subcomitê para a Saúde e Meio-Ambiente da Câmara do Congresso Americano, executivos das empresas tabagistas afirmaram, mais uma vez, que onexo causal entre fumo e câncer não havia sido comprovado: os CEOs dos Réus [Brown & Williamson (B&W)], Liggett, Lorillard, Philip Morris USA e RJR negaram publicamente que fumar causasse câncer.<sup>26</sup>

799. Thomas Sandefur [CEO da B&W entre 1993 e 1996] afirmou não concordar com a conclusão do *Surgeon General* de que fumar causa câncer, doenças cardiovasculares e outros males porque, segundo disse, “eles não consideram a fumaça em seu todo. Estão falando de ratos e coisas assim. Não acho que isso seja válido em termos da ação humana de tragar a fumaça e todo o seu conteúdo.”<sup>27</sup>

**811.** Apesar de a Philip Morris reconhecer, em 1999, o “consenso médico e científico irrefutável” sobre a provocação de doenças pelo tabagismo, a empresa não declarou sua concordância com esse consenso até outubro de 2000.<sup>28</sup>

**821.** No ano 2000, dois anos após o *Master Settlement Agreement*<sup>\*</sup>, a B&W afirmava em seu *website*: “Não temos conhecimento de nenhuma forma de comprovar que o fumo seja a causa de problemas de saúde em certas pessoas ou de explicar por que o tabagismo possa ter efeitos nocivos à saúde de algumas pessoas e à de outras não.”<sup>29</sup>



**As empresas do tabaco coordenaram-se para montar e financiar uma sofisticada campanha de relações públicas para atacar e deturpar as provas científicas que demonstravam a relação entre tabagismo e doenças, alegando que esta relação permanecia “uma questão em aberto”.**

## 7. Conclusões

**824.** De 1953 até pelo menos 2000, todos os Réus, sem exceção, repetidamente negaram com consistência e vigor – e má-fé – a existência de qualquer efeito nocivo do fumo para a saúde. Ademais, coordenaram-se para montar e financiar uma sofisticada campanha de relações públicas para atacar e deturpar as provas científicas que demonstravam a relação entre tabagismo e doenças, alegando que esta relação permanecia “uma questão em aberto”. Finalmente, ao fazê-lo, ignoraram a massiva documentação guardada em seus arquivos internos, gerada por seus próprios cientistas, executivos e profissionais de relações públicas, que admitia – assim como o Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento da Philip Morris, Helmut Wakeham – haver “pouca base, naquele momento, para refutar as descobertas relatadas no Relatório do *Surgeon General* de 1964”.

---

\* N.T. O *Master Settlement Agreement* foi o maior acordo obtido em uma Ação Cível nos Estados Unidos, pelo qual as empresas de tabaco concordaram em mudar seus métodos de propaganda e *marketing*, ressarcir estados americanos das despesas médicas com o tratamento de fumantes, financiar campanhas anti-tabagismo e revelar documentos secretos da indústria.



# Dependência

## As propriedades viciantes da nicotina

### Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler discute as provas de que, há mais de quarenta anos, as pesquisas feitas pelos Réus mostram que a nicotina presente no tabaco causa dependência ao tabagismo. A Juíza Kessler examina as provas de que os Réus não apenas negaram publicamente que o fumo vicia, mas também omitiram as informações de suas pesquisas do público americano, do governo e da comunidade da saúde pública, incluindo o *United States Surgeon General*. A Juíza Kessler explica que as provas demonstram que os Réus assim procederam para sustentar seus lucros (incentivando as pessoas a não largar o tabagismo e atraindo novos consumidores), para evitar ações judiciais e para evitar regulamentações impostas sobre a indústria.

### 1. Introdução

**829.** Desde os anos 1950, décadas antes da comunidade científica, os Réus perceberam, graças a suas pesquisas, que a nicotina é uma droga viciante, que os fabricantes de cigarros lidam com drogas e que os cigarros são veículos de administração de drogas.

**830.** Apesar de entenderem e aceitarem que tanto o tabagismo como a nicotina causam dependência, os Réus vêm, há várias décadas, negando e distorcendo em público a verdade sobre a natureza viciante de seus produtos.

### 2. O tabagismo causa dependência e a nicotina é o principal elemento desse processo

**856.** O Dr. Peter Rowell, especialista empregado por um dos Réus, admitiu haver muitas semelhanças entre as propriedades que determinam a dependência do tabaco e as que determinam o vício em heroína e/ou cocaína.<sup>30</sup>

**864.** Até o ano de 1988, quase todas as principais organizações de saúde pública, incluindo o *Surgeon General*, o *National Institute on Drug Abuse* (Institu-

to Nacional para o Abuso de Drogas), a Organização Mundial da Saúde, a *American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria) e a Escola de saúde pública da Universidade Harvard, entre outras, declararam que o tabagismo provoca dependência causada pela droga nicotina...<sup>31</sup>

**881.** Discordâncias acerca da terminologia... não deveriam obscurecer a realidade. Internamente, os Réus perceberam o mesmo fenômeno que as comunidades médica e científica têm se esforçado para compreender e descrever: o extraordinário poder que a nicotina exerce sobre o sistema nervoso humano e o fato de que tal poder deriva das propriedades farmacológicas da nicotina.

### 3. Os Réus sabiam perfeitamente que o tabagismo e a nicotina causam dependência

**888.** As provas... demonstram o vasto conhecimento que os Réus possuíam, desde os anos 1950, sobre os efeitos viciantes da nicotina sobre os fumantes, e como se aproveitaram desse conhecimento para sustentar e aumentar a venda de cigarros. Mostram, também, suas tentativas, durante décadas, de negar a real natureza viciante da nicotina, e de ocultar os resultados das pesquisas internas que geraram essas informações.

**890.** Durante uma apresentação, em 15 de novembro de 1961, Helmut Wakeham [Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento da Philip Morris] referiu-se à capacidade da empresa de controlar o teor de nicotina de seus cigarros. Em suas palavras...: “Apesar da nicotina ser considerada essencial para a aceitação do cigarro, uma redução do teor pode ser aconselhável, por razões médicas”.<sup>32</sup>

**901.** [William] Dunn e Frank Ryan, cientistas da Philip Morris, referindo-se a um estudo de 1971 sobre o abandono do tabagismo, descrevem alguns dos efeitos da suspensão da nicotina de forma bastante clara:

Passados oito meses, os ex-fumantes ainda reportavam sintomas neuróticos, como sentir-se deprimidos, inquietos e tensos, com mau humor, sem energia, sonolentos. Outros sintomas se somavam: constipação intestinal, ganho de peso (em média, cada pessoa ganhava cerca de 2,5 kg)... Este quadro não se parece em nada com o cenário otimista pintado pelo comercial anti-tabagismo da *Cancer Society*, que mostra um casal exultante e dançando de alegria, porque conseguiram se livrar da dependência. Uma propaganda mais realista mostraria um marido agitado, nervoso e constipado batendo boca com a bruxa da mulher, porque ela fica criticando sua preguiça e sua barriga que não pára de crescer.<sup>33</sup>

**974.** [O cientista Claude] Teague escreveu um memorando em 1 de dezembro de 1982 para Robert DiMarco, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento, afirmando que ... a [R.J.Reynolds] precisava levar em consideração um cenário futuro, no qual os fumantes que desejassem abandonar o tabagismo conseguissem fazê-lo. Se isso acontecer, escreveu o cientista, a RJR teria que “sair do mercado”. Assim, a empresa “não pode ficar acomodada, vendendo um produto que a maioria dos consumidores abandonaria, se pudessem”.<sup>34</sup>

**“Abaixar demais o teor de nicotina pode acabar destruindo a dependência de um grande número de consumidores e impedir que novos fumantes se tornem dependentes de nicotina”.**

**988.** Vários documentos ... [da British American Tobacco (Investments)Ltd.(BATCo)] mostram como a BATCo e outros Réus, principalmente a [Brown & Williamson] B&W, usaram os conhecimentos sobre a nicotina acumulados pela BATCo para obter ganhos comerciais.

**989.** Em junho de 1959, um documento interno da BATCo... alertava para o fato de que “abaxar demais o teor de nicotina

pode acabar destruindo a dependência de um grande número de consumidores e impedir que novos fumantes se tornem dependentes de nicotina”.<sup>35</sup>

**994.** No memorando de 13 de fevereiro de 1962, Sir Charles Ellis, diretor científico do Corpo Diretivo da BAT, declara: “Como resultado desses vários estudos, agora possuímos uma compreensão dos efeitos da nicotina muito mais profunda do que o que está publicado na literatura científica”.<sup>36</sup>

**1023.** Em 30 de junho de 1971, um memorando ... de R.R. Johnson, cientista da BATCo, cita... a frase do diretor Sir Charles Ellis: ...” a BATCo pertence à indústria da nicotina, e não do tabaco...”.<sup>37</sup>

**1076.** Colin Greig [do Desenvolvimento de Produtos da BATCo] descreve o tabaco como “uma ‘droga’ rápida e barata, com forte efeito farmacológico” dispondo de “um sistema de administração relativamente barato e eficiente”. No final do memorando, Greig observa que, como o cigarro deixa os fumantes insatisfeitos e sempre querendo mais, “o que falta [para a BATCo] é um saco maior para levar dinheiro ao banco”.<sup>38</sup>

**1104.** H. David Steele, Assistente de Gerente de Marca da B&W, enviou um memorando para M. J. McQue, em 24 de agosto de 1978, ... no qual declarava: “Muito poucos consumidores têm consciência dos efeitos da nicotina, ou seja, que é um veneno e que causa dependência”.<sup>39</sup>

**1129.** A Lorillard sabia que a nicotina possui alguns dos mesmos atributos dos narcóticos, e procurou usar esse conhecimento em seu próprio benefício.<sup>40</sup>

#### 4. Até hoje, os Réus continuam a negar publicamente que a nicotina causa dependência

1149. O Presidente da Philip Morris, James C. Bowling, negou que o tabagismo seja um vício, durante sua entrevista para o programa “60 Minutes”, em 18 de julho de 1973. Seu argumento foi comparar a decisão de parar de fumar com a de parar de comer ovos.<sup>41</sup>

1161. A edição de 12 de maio de 1997 da revista *Time* cita o depoimento testemunhal de James Morgan, então Presidente e CEO da Philip Morris: “Se [o cigarro] causa dependência comportamental ou algum vício, acho que seria como... balas de goma. Eu como jujubas e sinto falta quando não como, mas com certeza não sou viciado nelas.”<sup>42</sup>

1172. Um artigo da edição de 2 de agosto de 1994 do jornal *New York Times* relata que o cientista da RJR, John Robinson, “contesta a visão consensual de que a nicotina seja viciante”. Robinson afirma não ver diferença entre “fumar crack e tomar café, cheirar cola e correr, consumir heroína e cenouras, ou cocaína e refrigerantes cola.”<sup>43</sup>

1183. Em 31 de outubro de 1996, o *Wall Street Journal* publicou os comentários do CEO da BAT Industries e Diretor da BATCo, Martin Broughton, negando o encobrimento das pesquisas que relacionavam o tabagismo com dependência. Segundo o executivo: “Não temos nenhuma pesquisa interna provando que... fumar seja viciante.”<sup>44</sup>

1189. Em sua carta para o editor do jornal *The Daily Telegraph*, com data de 29 de junho de 1994, [a cientista da BATCo, Dr<sup>a</sup> Sharon Boyse] escreveu:

Tem sido sugerido que o fumo causa dependência porque contém nicotina. No entanto, vários legumes comuns também têm, incluindo o tomate, a berinjela e a casca da batata. As pessoas que comem legumes também são usuários de drogas? São fisicamente dependentes, digamos, de *ratatouille*\*, da mesma forma que os viciados em heroína?<sup>45</sup>

1193. Em 14 de abril de 1994, o *Chief Executive Officer* da American [Tobacco Company], Donald S. Johnston, testemunhou sob pena de falso testemunho... perante o Subcomitê para Saúde e Meio-Ambiente do Congresso americano... [e] negou que a nicotina cause dependência...<sup>46</sup>

1204. O Dr. Christopher Coggins, Vice-Presidente Sênior de Ciência e Tecnologia da Lorillard, [afirmou]... que o tabagismo é tão viciante quanto “ingerir açúcar ou sal, ou navegar na Internet”.<sup>47</sup>

1206. Em 14 de abril de 1994, o Presidente do Conselho e CEO do Liggett Group, Inc., Edward A. Horigan (que antes trabalhara para a RJR), também testemunhou sob pena de falso testemunho... perante o Subcomitê para Saúde e Meio-Ambiente do Congresso americano... [e] negou que a nicotina cause dependência...<sup>48</sup>

1210. Em 12 de março de 1982, William D. Toohey, do *Tobacco Institute*, publicou um comunicado para a imprensa, resumindo o depoimento de Theodore Blau [consultor financiado pela indústria tabagista] perante o Subcomitê do Congresso. De acordo com o comunicado, Blau criticou a caracterização do tabagismo como dependência, colocando o “apego” ao tabagismo na mesma categoria que “jogar tênis, correr, comer doces, ouvir rock, tomar Coca Cola, sentir atração pelo sexo oposto ou gostar de hambúrguer”. Continuando, argumentava que “a supressão dessas atividades, pessoas ou objetos pode causar insônia, irritação, depressão e outros sintomas desconfortáveis, semelhantes aos que algumas pessoas sofrem devido à abstinência do tabaco”.<sup>49</sup>

1252. Susan Ivey, antiga Presidente e CEO da B&W e atual CEO da RJR e da Reynolds American, declarou em 2004 que... a empresa não concordava com a afirmação de que a nicotina é uma droga viciante.<sup>50</sup>

1253. A posição da Lorillard em 2005 é de que o tabagismo causa dependência mas apenas como outras “atividades prazerosas e repetitivas, que podem ser difíceis de abandonar”. A Lorillard não acredita que fumar vicia “no sentido farmacológico”.<sup>51</sup>

1255. Martin Orlowsky [Presidente e CEO da Lorillard]... foi uma testemunha particularmente evasiva e reticente durante o presente litígio. Seu depoimento não é digno de credibilidade.

\* N.T. *Ratatouille* é um prato da culinária francesa, que leva legumes picados como berinjela e tomate.

1256. Mesmo que agora a Philip Morris pareça ter admitido que o tabagismo e a nicotina são viciantes, essa posição só foi adotada em 2000, depois do início do presente processo judicial.<sup>52</sup>

1260. [O Conselheiro Jurídico da Ré Philip Morris USA] também admitiu que, quando a empresa adquiriu três marcas da Liggett, em 1999 – L&M, Lark e Chesterfield – removeu das embalagens preexistentes os avisos de que fumar causa dependência.<sup>53</sup>

1262. Mesmo admitindo concordar com a afirmação de que o tabagismo causa dependência, a Philip Morris nunca tornou público que concordava que é a nicotina inalada durante o ato de fumar que vicia. A Sr<sup>a</sup> Keane, conselheira geral da Philip Morris, admitiu que essa é uma informação vital, à qual o público deveria ter acesso.<sup>54</sup>

1264. Além disso, nenhum fabricante de cigarros sob julgamento, exceto a Liggett e a Philip Morris, jamais admitiu que a nicotina presente na fumaça do cigarro seja viciante. A Liggett foi a única a fazê-lo publicamente.

## 5. Os Réus ocultaram e suprimiram dados de pesquisas e outras provas de que a nicotina causa dependência

1268. Graças a suas pesquisas internas e externas, os Réus dispunham de informações que os levaram a concluir, bem antes das agências de saúde pública, que a principal razão por que as pessoas fumam é para obter nicotina, uma droga viciante. Os Réus ocultaram esses dados intencionalmente... quando ocorreram grandes movimentações dos órgãos públicos para revisar e sintetizar todas as informações disponíveis, tais como a preparação dos relatórios de 1964 e 1985 do *Surgeon General* e de várias investigações do Congresso americano. Os Réus também organizaram uma sofisticada ofensiva de relações públicas, de longo prazo e muito bem financiada, para contradizer e atacar a conclusão consensual que eles próprios já aceitavam, internamente, há muito tempo.<sup>55</sup>

1269. O memorando interno do *Tobacco Institute* de 9 de setembro de 1980 alerta que, se as empresas-membro reconhecessem publicamente que a nicotina é viciante, isto anularia seu argumento de defesa - que a decisão de fumar é de “livre arbítrio”...<sup>56</sup>



“Muito poucos consumidores têm consciência dos efeitos da nicotina, ou seja, que é um veneno e que causa dependência”.

Documento interno da British American Tobacco (Investments)Ltd., de junho de 1959

1270. A segunda razão por que os Réus contestavam a dependência era evitar regulamentações restritivas da FDA (*Food and Drug Administration*, o equivalente americano da Vigilância Sanitária).<sup>57</sup>

1276. [O cientista] William Dunn marcou como “CONFIDENCIAL” o memorando datado de 19 de outubro de 1977... no qual resumia seu programa para Tom Osdene. Dunn fez [as seguintes] observações... Primeiro, a missão do programa da Philip Morris era “estudar a psicologia do fumante, buscando informações que ajudem a aumentar os lucros da corporação”. Dunn também afirmou que... sem [a nicotina], “o mercado de cigarros entraria em colapso, a P.M. entraria em falência e todos perderíamos nossos empregos e trabalhos de consultoria”.<sup>58</sup>

1278. Outro memorando de Dunn, datado de 3 de novembro de 1977, revela sua estratégia para ocultar qualquer resultado de pesquisa desfavorável à nicotina. Referindo-se a uma proposta de estudo sobre a supressão da nicotina em ratos, a ser desenvolvido pela cientista da Philip Morris Carolyn Levy, Dunn... adverte que, “Se... os resultados com a nicotina forem similares aos obtidos com morfina e cafeína, vamos ter que guardar a sete chaves”.<sup>59</sup>

**1289.** Usando [o modelo de auto-administração intravenosa em ratos] e o mesmo procedimento do NIDA (*National Institute on Drug Abuse*) para demonstrar o potencial de dependência, um estudo feito por [Victor] DeNoble, na Philip Morris, conseguiu demonstrar o potencial da nicotina de causar dependência.<sup>60</sup>

**1296.** Em abril de 1984, alguns meses depois da visita de um alto executivo e de um advogado da Philip Morris, o laboratório de farmacologia comportamental de DeNoble foi subitamente fechado, sem qualquer aviso, preparação ou explicação, e todos os animais foram mortos.<sup>61</sup> Nas palavras do próprio DeNoble: “Nosso laboratório foi encerrado em um só dia”.<sup>62</sup>

**1299.** Na carta de 10 de setembro de 1986, Eric A. Taussig [Assistente do Conselheiro Jurídico Geral da Philip Morris] novamente ameaçou processar DeNoble e Mele, caso publicassem ou apresentassem suas descobertas sobre a auto-administração da nicotina e seus efeitos no cérebro...<sup>63</sup>

**1303.** Nenhum dos resultados ou conclusões obtidos com o Programa sobre Nicotina ou com o Programa de Pesquisa Comportamental, da Philip Morris, foram tornados públicos ou incluídos nas explicações para a FDA, que tanto a Philip Morris como as demais empresas da indústria forneceram em 1996.<sup>64</sup>

**1305.** Representantes da Philip Morris reuniram-se com a empresa Merrell Dow em várias ocasiões, para tentar convencê-los a retirar do mercado o Nicorette\*.<sup>65</sup>

\* N.T.: Goma de mascar de nicotina, usada como terapia de reposição de nicotina para ajudar a parar de fumar.

**1308.** Durante a reunião dos diretores das empresas tabagistas, em 16 de fevereiro de 1983, da qual participaram Manny Bourlas da Philip Morris, L.C.F. Blackman (diretor da BATCo e antigo chefe do departamento de pesquisas) e representantes de várias empresas tabagistas européias, ... foi acordado que a indústria do tabaco não deveria colaborar com o [Comitê Independente para Estudos Científicos sobre Tabagismo e Saúde]. Quanto às solicitações do governo, a indústria deveria responder (na verdade, mentir) que não possuía nenhum conhecimento relevante.<sup>66</sup>

**1315.** Em carta datada de 6 de maio de 1963, para DeBraun Bryant, conselheiro jurídico da B&W, J.M.Johnson (advogado externo da empresa) recomenda que a empresa responda ao Comitê Consultivo do *Surgeon General* de forma intencionalmente vaga e confusa: ... “[a resposta] deve ser tão absolutamente vaga e incompleta que se torne irritante para o leitor”.<sup>67</sup>

**1336.** O comunicado para a imprensa divulgado pela B&W em 10 de maio de 1994... contém afirmações claramente falsas, uma vez que a empresa sabia, antes de 1964, que a nicotina produz dependência, e que decidiu não revelar ao *Surgeon General* a pesquisa interna da BATCo, anterior ao relatório de 1964, que mostrava o poder viciante da nicotina...<sup>68</sup>

**1354.** Em 1977, Francis Roe e Jeffrey Cohen, cientistas com longa ligação, inclusive financeira, com a indústria tabagista, foram encarregados de preparar uma “Monografia sobre a Nicotina” [que incluía uma seção intitulada “Comportamento do Fumante: O Papel da Nicotina na Dependência do Tabagismo”] para as empresas afiliadas ao Tobacco Advisory Council



Susan Ivey, antiga Presidente e CEO da B&W e atual CEO da RJR e da Reynolds American, declarou em 2004 que... a empresa não concordava com a afirmação de que a nicotina é uma droga viciante.



[(TAC)], que incluíam a Philip Morris, a RJR e a BATCo.<sup>69</sup>

**1358.** As observações e conclusões [de Roe e Cohen] não sobreviveram à revisão feita pelo TAC e empresas afiliadas... que controlaram a revisão técnica da “Monografia” e impuseram ao documento dos dois cientistas um tom favorável à indústria, no que se referia às questões sobre nicotina e dependência.<sup>70</sup>

## 6. Conclusões

**1359.** Durante cerca de 40 anos, os Réus vieram a público para contestar, repetida e veementemente, o caráter viciante do tabagismo e o papel central da nicotina no processo. Suas contestações foram causadas por medo de... regulamentação pelas agências governamentais (ou seja, da FDA) e de possíveis processos

judiciais movidos por fumantes com problemas de saúde causados pela dependência do tabagismo. Também os moveram a queda da aceitação social do fumo e, em última instância, a perda de lucratividade das empresas.

**1360.** Não resta dúvida de que a comunidade de saúde pública não dispunha do mesmo conhecimento profundo e sofisticado sobre os efeitos e o papel da nicotina que os Réus possuíam. Colocando em termos simples: se o *Surgeon General* possuísse as mesmas informações e dados que os Réus possuíam antes da publicação do relatório de 1964, simplesmente não seria possível que os tivesse ignorado.

**1365.** Repetidas vezes, os Réus desonestamente negaram esses fatos aos fumantes (habituais e potenciais), às agências regulatórias governamentais, à comunidade da saúde pública e ao público americano em geral.

# Níveis de Nicotina

**“Manipulação” da nicotina: desonestamente, os Réus negam que controlem, ou que possam controlar, o nível de nicotina dos cigarros com o objetivo de gerar e manter dependência**

## Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler mostra as provas de que os Réus controlam os níveis de nicotina dos cigarros, para garantir que os fumantes tornem-se dependentes e assim permaneçam. A Juíza Kessler demonstra que, enquanto os Réus publicamente negam manipular ou controlar os níveis de nicotina, os fatos provam o contrário.

**1366.** Os Réus vêm desenvolvendo seus cigarros de forma que possam controlar com precisão os níveis de emissão de nicotina, mantendo as doses de nicotina suficientes para gerar e sustentar a dependência no fumante. Ao mesmo tempo, os Réus ocultaram boa parte de suas pesquisas sobre a nicotina, sempre negando com veemência ter empreendido esforços para controlar os níveis de emissão da nicotina.

**1368.** Cada aspecto do cigarro é meticulosamente elaborado, para garantir que os fumantes obtenham uma dose viciante de nicotina em praticamente qualquer cigarro do mercado.<sup>71</sup>

**1370.** No começo da década de 1970, a *Federal Trade Commission* (FTC, agência federal americana de proteção ao consumidor e regulamentação econômica) desenvolveu uma máquina para medir os níveis de alcatrão e nicotina. Apesar de o método FTC ter-se tornado o mecanismo aceito para fazer tais medições, ficou patente, tanto para a comunidade da saúde pública como para as empresas tabagistas, que ele não media com precisão as quantidades reais de nicotina e alcatrão inaladas pelo fumante. Por serem empresas tabagistas, os Réus desfrutaram de vantagens como possuir um entendimento muito mais sofisticado do mecanismo de compensação do fumante, bem como ter maiores conhecimentos técnicos sobre o controle da nicotina. Assim, intencionalmente desenvolveram e lançaram no mercado cigarros com níveis reais de nicotina mais altos do que os medidos pelo método

FTC. Níveis esses suficientes para gerar e manter a dependência dos fumantes.

**1. Há décadas, os Réus perceberam que controlar a emissão de nicotina, a fim de gerar e sustentar a dependência nos fumantes, era necessário para assegurar seu sucesso comercial**

**a. Os Réus perceberam a necessidade de determinar os níveis de emissão de nicotina “mínimos” e “ótimos” para oferecer “impacto” e “satisfação” suficientes para os consumidores de cigarro.**

**1373.** Documentos internos demonstram que, baseados em seus conhecimentos sobre as propriedades farmacológicas da nicotina e sobre sua natureza viciante, os Réus desenvolveram produtos comerciais utilizando diversas técnicas físico-químicas, que asseguravam a emissão dos níveis exatos de nicotina necessários para dar sabor, impacto e satisfação, assim mantendo a dependência.<sup>72</sup>

**1374.** Em seus relatórios de pesquisas, estudos e memorandos, os Réus utilizavam diferentes termos para descrever ou identificar os atributos da nicotina atraentes para os fumantes. Tais termos incluem palavras como “impacto”, “satisfação”, “sucesso”, “grau ótimo”, “ótimo” e “mínimo”, que não eram usadas de maneira uniforme ou consistente, muitas vezes sendo intercambiáveis.

**1379.** Os Réus alegam que os termos “impacto”, “satisfação”, “sucesso”, etc., tal como usados em seus documentos internos, referem-se apenas às características de sabor dos cigarros. Essa alegação é rejeitada, porque os próprios documentos provam o contrário.

**1394.** Com data de 26 de novembro de 1990, um documento sobre o “Projeto XB”, um dos projetos da Reynolds devotados ao estudo do controle da nicotina..., traz uma série de questões colocadas pelo funcionário de iniciais GRD. Entre elas, incluía-se:

...6. Qual a probabilidade do departamento legal permitir a venda do produto que imaginamos – tirando alcatrão e colocando mais nicotina?<sup>73</sup>

**b. Os Réus sabem, há muito tempo, que controlar a proporção entre alcatrão e nicotina permite atingir os níveis mínimos e ótimos de emissão de nicotina.**

**1431.** Em 19 de agosto de 1976, o relatório [da R.J.Reynolds], intitulado “Instruções para Novos Produtos/*Merchandising* – Plano de Ação Trienal” .... declarava que “ para garantir a satisfação do fumante e manter sua dependência do tabagismo, o melhor para nossa empresa seria poder reduzir o alcatrão o quanto quiséssemos, sem um decréscimo proporcional da nicotina”<sup>74</sup>

**1442.** O relatório “Revisão do Programa REST”, de 3 de maio de 1991, explicava o objetivo da Reynolds ao utilizar o processo REST (*Reestablishment of Solubles in Tobacco*, ou Recuperação de Solúveis no Tabaco) para controlar o teor de nicotina em seus produtos:

... Nosso negócio é, basicamente, a nicotina. É de grande interesse da [R.J.Reynolds (RJR)], a longo prazo, ter a capacidade de controlar e utilizar eficazmente cada quilo de nicotina que compramos. O controle eficaz do teor de nicotina em nossos produtos deveria equivaler a um desempenho significativo do produto e a vantagens de custos.<sup>75</sup>

**1454.** Antes da publicação do Relatório de 1964 do *Surgeon General*, Addison Yeaman, Conselheira Jurídica [da Brown & Williamson (B&W)], avaliou as descobertas [de dois projetos de pesquisa sobre a nicotina do começo dos anos 1960, da British American Tobacco (Investments) Ltd. (BATCo)] e sugeriu que a melhor reação ao Relatório do *Surgeon General* seria providenciar um filtro, capaz de remover certos componentes da fumaça considerados suspeitos pelos agentes da saúde pública, não deixando de “oferecer o sabor integral – e, não vamos esquecer – uma bela dose de nicotina”<sup>76</sup>

**1460.** O documento “Visões de P&D sobre Oportunidades de Mercado Potenciais” da BATCo, de 12 de setembro de 1984, refere-se ao mecanismo de compensação do fumante e lista como “prioridade alta” o desenvolvimento de “alternativas de produtos (que não atraíam críticas óbvias) que permitam ao fumante inalar doses mais incrementadas, caso as deseje”. O autor recomenda que essa ação seja tomada “independente das questões éticas envolvidas”<sup>77</sup> Este documento foi marcado como “Circulação Proibida”.

**c. Os Réus entendiam a correlação entre o teor de nicotina e as vendas de cigarros.**

**1493.** Como revelam os documentos internos discutidos abaixo, cada um dos Réus compreendia que sua posição no mercado, bem como a viabilidade financeira da indústria tabagista como um todo, exigia o desenvolvimento de cigarros que fornecessem quantidades de nicotina suficientes para garantir que os fumantes se tornassem viciados e assim permanecessem.

**“Para garantir a satisfação do fumante e manter sua dependência do tabagismo, o melhor para nossa empresa seria poder reduzir o alcatrão o quanto quiséssemos, sem um decréscimo proporcional da nicotina”.**

De um relatório da R.J. Reynolds, datado de 19 de agosto de 1976.





1503. S.J.Green [cientista sênior da BATCo] explica: “A nicotina é um aspecto importante da ‘satisfação’ e, se o teor de nicotina é reduzido, ficando abaixo do limiar de ‘satisfação’, com certeza os fumantes começariam a questionar se vale a pena um hábito tão caro”.<sup>78</sup>

**2. Os Réus pesquisaram, desenvolveram e utilizaram vários mecanismos e métodos para controlar a nicotina, de forma a garantir que todos os cigarros fornecessem doses adequadas para gerar e sustentar a dependência**

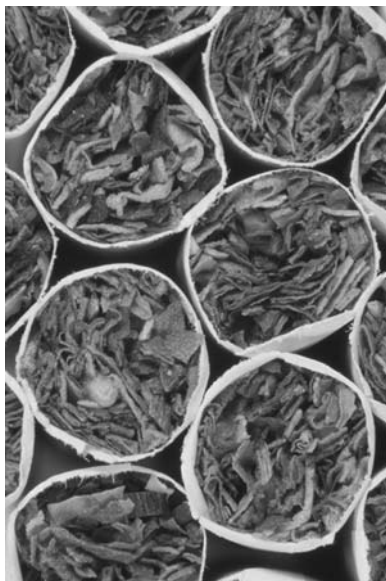
1509. Ao controlar a nicotina, os Réus não objetivavam apenas fornecer a maior quantidade possível, pois grandes doses de nicotina podem deixar o gosto do cigarro áspero e desagradável para o fumante.<sup>79</sup> Além disso, no cigarro apagado já há muito mais nicotina que aquela que o fumante vai inalar, porque, como mencionado, ... nem toda a nicotina presente no tabaco é transferida para a fumaça do cigarro.<sup>80</sup>

**a. Os Réus reconheciam a necessidade de desenvolver cigarros que mostrassem baixos índices de alcatrão e nicotina quando submetidos ao Método FTC, mas que, ao mesmo tempo, fornecessem os níveis mínimos de nicotina para gerar e manter a dependência.**

**b. Misturas de tabacos e outros componentes: os Réus controlam a quantidade e a forma da emissão de nicotina de seus produtos comerciais, controlando a composição físico-química da mistura de tabacos e outros componentes**

1549. Na década de 1980, em uma fazenda experimental na Carolina do Norte, a BATCo e a B&W desenvolveram um tabaco, a que se referiam como “Y-1”. Esse tabaco foi geneticamente modificado para conter aproximadamente o dobro da nicotina do tabaco convencional.<sup>81</sup>

1552. A B&W descobriu que o sabor do Y-1 era rejeitado pelos consumidores, quando usado sozinho.



**Em uma fazenda experimental na Carolina do Norte, a BATCo e a B&W desenvolveram um tabaco, a que se referiam como “Y-1”. Esse tabaco foi geneticamente modificado para conter aproximadamente o dobro da nicotina do tabaco convencional.**

No entanto, Tommy Sandefur [Presidente do Conselho e CEO da B&W] admitiu que a empresa utilizou milhões de quilos de folhas do Y-1 “como ingrediente de mistura” nos cigarros de suas marcas Viceroy e Richland.<sup>82</sup>

**c. A proporção nicotina-alcatrão: os réus usaram parâmetros físicos no desenvolvimento de seus cigarros para aumentar a proporção entre nicotina e alcatrão.**

1580. Apesar das inúmeras declarações públicas de que “a nicotina depende do alcatrão”, ou seja, de que um cigarro fornece quantidades de nicotina e de alcatrão que se relacionam numa proporção fixa - portanto, os fumantes ingeririam menos nicotina quando os níveis de alcatrão caíssem - os Réus investiram anos de pesquisas para desenvolver métodos que permitissem mudar a proporção entre nicotina e alcatrão na fumaça do tabaco.

**d. PH da fumaça e amônia: os Réus alteraram a fórmula química da nicotina presente na fumaça tragada, com o propósito de melhorar a eficiência da transferência de nicotina e para aumentar a velocidade de absorção da nicotina pelos fumantes.**

1600. Molécula a molécula, o pH da fumaça do tabaco é importante para determinar a quantidade de nicotina que atinge a corrente sanguínea de quem fuma um cigarro. O aumento do nível do pH da fumaça do cigarro cria uma molécula de nicotina mais livre; em consequência, aumenta “a quantidade de nicotina que pode ser prontamente liberada pelo tabaco contido no

cilindro do cigarro e, por sua vez, rapidamente absorvida pelo organismo do fumante”.<sup>83</sup>

**1607.** Os Réus conheciam muito bem tanto as características químicas peculiares como os efeitos da nicotina livre, e procuraram explorar esses atributos. Pesquisas internas da Philip Morris confirmam que uma fumaça de cigarro com pH mais básico aumenta os efeitos da nicotina sobre o sistema nervoso central e que “a taxa de entrada [da nicotina na corrente sanguínea] depende do pH”.<sup>84</sup> Como explica um documento da Reynolds:

Em essência, o cigarro é um sistema de transferência de nicotina para o fumante de forma atraente e útil... Conforme o pH da fumaça aumenta para acima de 6.0, uma proporção cada vez maior da nicotina total contida na fumaça ocorre na forma “livre”, que é volátil e rapidamente absorvida pelo fumante e, acredita-se, instantaneamente percebida como a dose necessária de nicotina.<sup>85</sup>

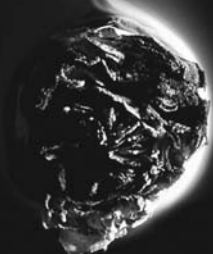
**1609.** Os Réus acrescentaram aos cigarros compostos de amônia, a fim de aumentar a taxa de uso dos consumidores por meio de: (1) aumentos na quantidade de nicotina transferida do tabaco para a fumaça; (2) melhoria da resposta sensorial à nicotina na boca e na mucosa oral; e (3) aumento da velocidade de transferência da nicotina para a corrente sanguínea e, possivelmente, para o cérebro.<sup>86</sup>

**1626.** Em 26 de agosto de 1986, a Philip Morris requereu patente sobre um processo que usava amônia para aumentar a transferência de nicotina do tabaco *Bright*.<sup>87</sup> A empresa reconhece que “o tratamento do tabaco com amônia foi utilizado no passado, principalmente como forma de substituir e efetuar a liberação da nicotina”.<sup>88</sup>

**1635.** Não tardou para a Reynolds desenvolver um cigarro semelhante ao da Philip Morris... Em 1974, a Reynolds já tinha “introduzido componentes com amônia nos cigarros Camel com filtro... o que parece ter causado um melhor desempenho de mercado nos anos subsequentes”.<sup>89</sup>

**1673.** O [manual “Tecnologia Básica: Manual para Mistura de Folhas e Desenvolvimento de Produtos”, de 1991, criado pela B&W] esclarece os objetivos dos Réus ao usar a tecnologia da amônia. Por exemplo, “[a amônia na fumaça do cigarro] libera moléculas de ni-

...estudos da Philip Morris indicam que os níveis de acetaldeído (uma substância química envolvida na dependência do álcool) na fumaça podem ser manipulados por meio de aditivos, produzindo assim uma mistura de acetaldeído e nicotina que seria mais viciante que qualquer uma das drogas sozinha.



cotina livres da mistura de tabacos; isso se associa com o aumento do impacto e da ‘satisfação’ relatada pelos fumantes”.<sup>90</sup>

**1676.** No dia 1 de março de 1991, o documento de A.L.Heard para os funcionários do departamento de pesquisa informa que o “Grupo de Estratégias do Tabaco percebeu a necessidade de aumentar o nível de confidencialidade com relação ao uso da tecnologia da amônia em todo o BAT Group. Eles pedem que, por razões de sigilo comercial, substituamos com um código a expressão ‘tecnologia de amônia’”. Mais adiante, o documento afirma que os códigos existentes para processos relacionados com amônia, tal como “tratamento com amônia dos caules ou lâminas”, deveriam continuar a ser utilizados. O novo código para a tecnologia da amônia seria transmitido separadamente.<sup>91</sup>

**e. Outros aditivos: os Réus pesquisaram o uso de outros aditivos para controlar a absorção de nicotina.**

**1696.** Documentos internos mostram que os Réus pesquisaram vários aditivos, além da amônia, que fa-

cilitam a absorção de nicotina... Por exemplo, estudos da Philip Morris indicam que os níveis de acetaldeído (uma substância química envolvida na dependência do álcool) na fumaça podem ser manipulados por meio de aditivos, produzindo assim uma mistura de acetaldeído e nicotina que seria mais viciante que qualquer uma das drogas sozinha.<sup>92</sup>

**1700.** O Dr. Victor DeNoble [cientista da Philip Morris] relatou que a empresa considerou o trabalho com o acetaldeído “muito comprometedor e que [a empresa] não desejava que fosse mal interpretado, se divulgado”.<sup>93</sup>

### **3. Os Réus têm feito declarações públicas falsas e enganosas com relação ao controle que possuem sobre o teor e a absorção de nicotina de seus produtos**

**1706.** Em 1994, o Congresso americano realizou uma série de audiências públicas a respeito das propriedades viciantes do tabaco e da manipulação da nicotina no desenvolvimento dos cigarros pela indústria tabagista. Essas audiências, perante o Subcomitê para Saúde e Meio Ambiente do Congresso, mais tarde tornaram-se conhecidas como “Audiências Waxman”, em referência ao Presidente do Subcomitê, Henry Waxman, representante da Califórnia. Os CEOs de seis dos fabricantes de cigarros – Philip Morris, B&W, RJR, Lorillard, Liggett e American – apareceram voluntariamente perante o Subcomitê para a audiência de 14 de abril de 1994.

**1723.** Em 25 de março de 1994, Alexander W. Spears, Vice-Presidente e *Chief Operating Officer* da Lorillard, afirmou em seu depoimento durante as Audiências Waxman: “Nós não definimos os níveis de nicotina para as marcas de cigarro”. Spears ainda afirmou que “o nível da nicotina depende do de alcatrão” e que a correlação entre os dois “é essencialmente perfeita”, o que “demonstra que não há manipulação da nicotina”. Previamente, em 1981, no estudo “Critérios Físico-Químicos para Folhas de Tabaco dos Cigarros Modernos”, Spears afirmava explicitamente que os cigarros “com baixos teores de alcatrão” usavam misturas especiais de tabaco, para manter o nível de nicotina enquanto o de alcatrão é reduzido: “O segmento [de produtos] de baixos teores de alcatrão compõe-se de cigarros que utilizam uma mistura de tabacos com teores significativamente mais altos de nicotina”. Spears não informou o Congresso sobre sua declaração anterior.<sup>94</sup>

**1736.** Documentos internos mostram que os Réus preparavam seus porta-vozes para quando tinham que discutir em público questões relacionadas com tabagismo e saúde... Com relação à nicotina, a resposta da BATCo era de “a BAT não ‘manipula’ o nível de nicotina em seus produtos”. Os porta-vozes também foram instruídos a responder a perguntas sobre dependência dizendo que “a BAT não ‘aditiva’ seus tabacos com nicotina. Fumar não é um vício”.<sup>95</sup>

### **3. Conclusões**

**1758.** Repetidas vezes, e com veemência e vigor, os Réus negaram ao público – seja perante comitês do Congresso, em anúncios impressos ou na televisão – que o tabagismo ou a nicotina causem dependência. Também negam manipular, alterar ou controlar a quantidade de nicotina contida nos cigarros que fabricam. As Comprovações dos Fatos... fornecem provas contundentes de que tais declarações são falsas.

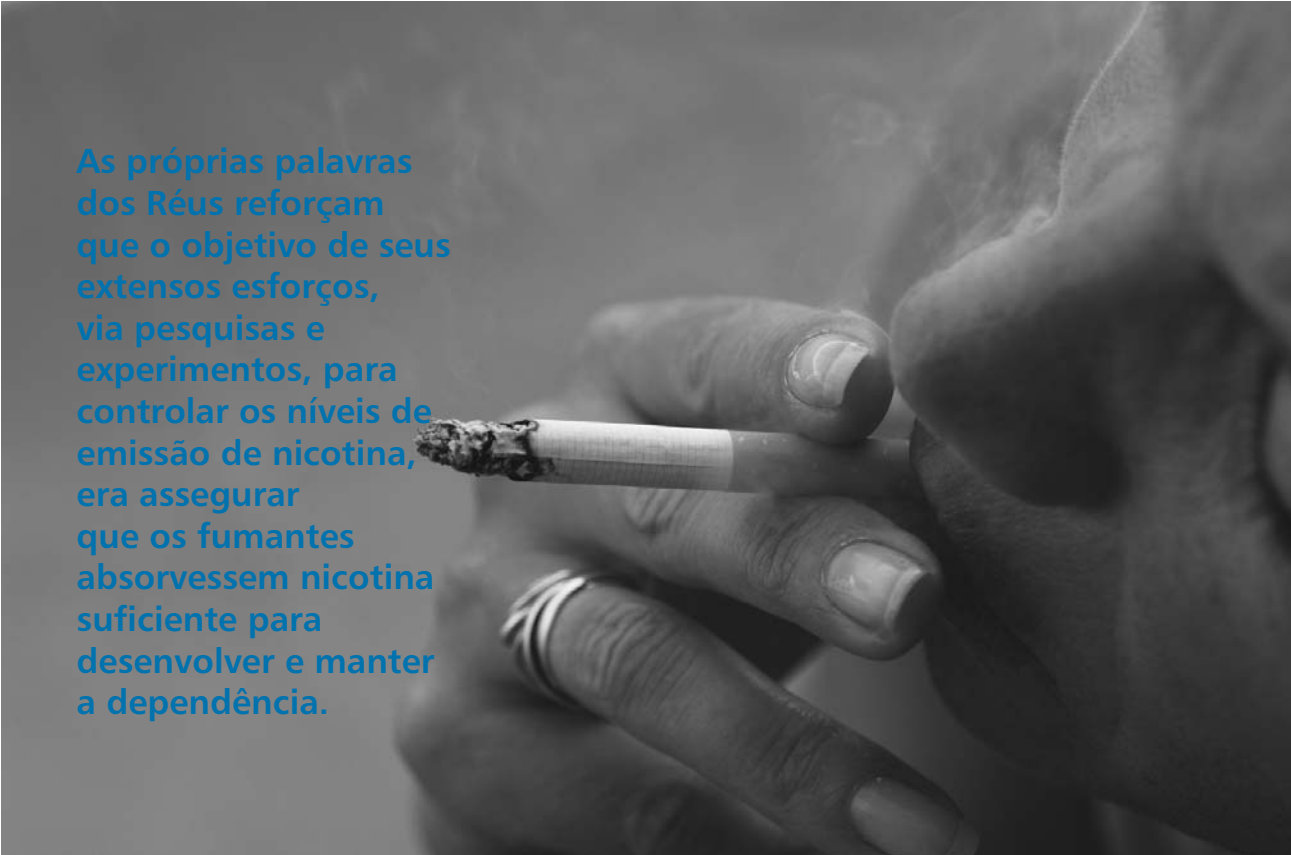
**1762.** As próprias palavras dos Réus reforçam que o objetivo de seus extensos esforços, via pesquisas e experimentos, para controlar os níveis de emissão de nicotina, era assegurar que os fumantes absorvessem nicotina suficiente para desenvolver e manter a dependência:

- A Philip Morris listou como um sucesso de seu Grupo de Pesquisa e Estudos Eletrofisiológicos a descoberta “de que existem níveis ótimos de emissão de nicotina pelo cigarro para produzir as respostas fisiológicas e comportamentais mais favoráveis”.<sup>96</sup>
- A “prioridade máxima da RJR [era] desenvolver e vender marcas “com menos alcatrão”... que maximizassem a satisfação fisiológica por tragada – a principal necessidade dos fumantes”.<sup>97</sup>
- A BATCo designou como “alta prioridade” o desenvolvimento de “produtos alternativos (que não atraíam críticas óbvias) que permitam ao fumante inalar doses mais incrementadas, caso as deseje”.<sup>98</sup>
- O “principal objetivo” do estudo da Lorillard sobre o *design* dos filtros era “incrementar o impacto fisiológico e/ou a proporção nicotina/

alcatrão nos cigarros com ultrabaixos teores de alcatrão”.<sup>99</sup>

**1763.** Em suma, são inequívocas as provas, tais como apresentadas nas Comprovações dos Fatos, de que há

muitos anos os Réus vêm repetidamente negando – e com grande pose de moralistas - que manipulam a nicotina nos cigarros a fim de aumentar a dependência e o vício dos fumantes. Tais negativas são falsas.



As próprias palavras dos Réus reforçam que o objetivo de seus extensos esforços, via pesquisas e experimentos, para controlar os níveis de emissão de nicotina, era assegurar que os fumantes absorvessem nicotina suficiente para desenvolver e manter a dependência.

# Cigarros *Light*

**Os Réus, de má-fé, vendem e promovem os cigarros *light* com baixos teores de alcatrão como sendo menos prejudiciais que os cigarros tradicionais, com o objetivo de manter ativos os fumantes e de sustentar as receitas corporativas**

## Sumário

Nesta seção da Sentença Judicial, a Juíza Kessler explica que, desde os anos 1970, os Réus vêm enganando os consumidores, fazendo-os acreditar que os ditos cigarros *light* ou com baixos teores de alcatrão seriam mais saudáveis que os outros, constituindo uma alternativa aceitável a parar de fumar. E o fazem sabendo há décadas que os cigarros *light* não oferecem nenhum benefício comprovado para a saúde. A Juíza Kessler mostra que, graças à exploração da crença dos consumidores de que os cigarros *light* são menos prejudiciais, os Réus conseguiram aumentos significativos de vendas. São falaciosas as alegações de que seu *marketing* baseia-se apenas na preferência dos fumantes por um sabor mais suave. A Juíza Kessler revela que os Réus continuam com essa argumentação desleal e enganosa, a fim de tranquilizar os fumantes e dissuadi-los de tentar abandonar o tabagismo.

### **1. Os cigarros *light* com baixos teores de alcatrão não oferecem nenhum benefício comprovado para a saúde em comparação aos cigarros regulares**

**2048.** Em 24 de março de 1966, a FTC (*Federal Trade Commission*, agência federal americana de proteção ao consumidor e regulamentação econômica) notificou os fabricantes de cigarros de que teriam permissão de anunciar os teores de alcatrão e nicotina, desde que utilizassem o método *Cambridge Filter*.<sup>100</sup>

**2049.** O Método *Cambridge Filter* da FTC utiliza uma máquina de “fumar”, que traga os cigarros em baforadas com volumes definidos de fumaça, em intervalos regulares, por um determinado período de tempo. Conforme a fumaça vai sendo tragada pela máquina, passa por um filtro conhecido como tampão *Cambridge*, que retém as partículas de alcatrão... para calcular os teores de alcatrão e nicotina contidos no cigarro.<sup>101</sup>

**2066.** Todavia, os Réus nunca revelaram saber perfeitamente que os fumantes, em última instância, ingeririam a mesma quantidade – quando não maior – de nicotina e alcatrão, ao fumar cigarros com baixos teores... Tampouco revelaram para a FTC que “uma das principais razões por que o método pode fornecer re-

sultados equivocados é que o vício em nicotina levaria os fumantes a buscar uma dose relativamente estável de nicotina”...e que “a necessidade fisiológica dos fumantes de consumir nicotina diminui sensivelmente a precisão das classificações da FTC”.<sup>102</sup>

**2068.** [Os fumantes] compensam a diminuição dos teores de alcatrão e nicotina nos cigarros (tais como medidos pelo método da FTC), em parte ou no todo, de duas maneiras. A primeira refere-se a ... fumar os cigarros com baixos teores mais intensamente, aumentando o volume de fumaça inalada, tragando mais vezes ou mais intensamente, fumando o cigarro até bem perto do filtro e bloqueando os poros do filtro do cigarro, que diluem a fumaça, entre outras práticas. A segunda maneira é simplesmente fumando mais cigarros.<sup>103</sup>

**2072.** Como cada fumante busca satisfazer sua necessidade particular de nicotina, acaba por inalar a mesma quantidade dessa substância – e de alcatrão – seja fumando os chamados cigarros “com baixos teores de alcatrão e nicotina”, seja tragando cigarros “regulares”... Praticamente todos os fumantes (mais de 95%) compensam a redução da nicotina.<sup>104</sup>

## **2. Baseando-se em sua sofisticada compreensão do mecanismo de compensação, os Réus reconheciam internamente que os cigarros *light*/com baixos teores não ofereciam nenhum benefício comprovado para a saúde**

2148. O Dr. Farone [Diretor de Pesquisa Aplicada da Philip Morris] explicou que o teste de mutagenicidade de Ames, que a própria Philip Morris tem aplicado há 25 anos... indica que os cigarros Marlboro *Lights* são, e foram desenvolvidos para ser, mais mutagênicos [(propensos a causar as mutações celulares que podem levar ao desenvolvimento de câncer)] que os cigarros Marlboro com teores normais...<sup>105</sup> A Philip Morris não “modificou o conteúdo dos cigarros “*light*” em virtude de seus estudos e conhecimentos sobre mutagenicidade.”<sup>106</sup>

2156. Em 2002, James Morgan, antigo Presidente e CEO da Philip Morris, admitiu sua opinião de que os cigarros com menores teores de alcatrão não sejam mais seguros do que os com teores mais altos.<sup>107</sup>

2163. Um memorando de Ernest Pepples, Vice-Presidente Sênior [da Brown & Williams (B&W)], datado de 4 de fevereiro de 1976, ... revela que os Réus sabem que os cigarros com filtro e com baixos teores de alcatrão, que anunciavam como sendo menos prejudiciais, não forneciam ao fumante menos alcatrão ou nicotina, nem provavelmente causariam menores danos...<sup>108</sup>

2174. De acordo com o Dr. William Farone,... durante o tempo em que trabalhou na Philip Morris, a empresa possuía “maior conhecimento sobre o mecanismo de compensação [da nicotina] do que a comunidade científica externa”, e, em sua opinião especializada, “o mesmo se podia afirmar das outras empresas tabagistas réus”.<sup>109</sup>

2192. Um documento da Philip Morris, datado 17 de setembro de 1975, ... para Leo F. Meyer, Diretor de Pesquisa da Philip Morris, reporta os resultados dos estudos da empresa com seu Simulador de Fumo Humano, mostrando que, devido ao mecanismo de compensação, os fumantes inalavam os mesmos níveis de alcatrão e nicotina fumando Marlboro *Lights* que fumando Marlboro normais...<sup>110</sup>

2193. Como explicou o Dr. Burns [especialista em ciência do tabaco e saúde], “há três coisas extremamente significativas neste documento”:

(1) Ele “demonstra, com grande clareza, que, ao contrário do que acreditávamos seis anos mais tarde, ao elaborarmos o Relatório de 1981 do *Surgeon General* (Ministério da Saúde americano), os consumidores das marcas de cigarro disponíveis no mercado em 1975 não obtinham teores diferentes quando fumavam aqueles produtos. Nós [da comunidade da saúde pública] acreditávamos que sim.”

(2) “A data deste documento é 1975, seis anos antes que o Relatório do *Surgeon General* [de 1981] chegasse à sua conclusão. E nós não tivemos acesso a essas informações ou a outras comparáveis.”

(3) “Este estudo foi realizado com uma máquina que simulava fielmente o ato de fumar um cigarro, copiando fielmente o comportamento de um fumante. Em 1981, uma de nossas recomendações ... foi desenvolver esse tipo de máquina, de forma que pudéssemos compreender melhor a relação entre a emissão de alcatrão e nicotina desses cigarros quando fossem fumados em situação real. Então ... seis anos antes do tempo em que estávamos reverendo as evidências para elaborar o Relatório do *General Surgeon*, essas informações já estavam disponíveis para a Philip Morris.”<sup>111</sup>

## **3. Era de conhecimento interno dos Réus que os fumantes, ao invés de parar de fumar, preferem mudar para cigarros *light* / com baixos teores, pois acreditam que são menos prejudiciais**

2234. Os Réus conduziram extensas pesquisas sobre o abandono do tabagismo, de forma a identificar e compreender melhor aqueles que poderiam tornar-se ex-fumantes... Isso também os ajudava a planejar ações de *marketing* para dissuadir os fumantes de largar o vício. Documentos internos demonstram que os Réus perceberam que os fumantes desejosos de cessar sua dependência estavam, ao invés disso, mudando para cigarros com baixos teores de alcatrão, baseando-se na crença equivocada de que isto os ajudaria a parar de fumar, ou que seria melhor para sua saúde.

2241. [Jeanne Bonhomme, Diretora de Pesquisa com Consumidores da Philip Morris] acrescenta: “As pesquisas de *marketing* da própria Philip Morris mostram que há consumidores que mudam para cigarros

de baixos teores, mesmo que não prefiram seu gosto ou aroma, porque acreditam que é melhor para eles...”<sup>112</sup>

**2243.** Um dos especialistas dos Réus, A. Clifton Lilly, Vice-Presidente de Pesquisa e Tecnologia da Philip Morris, demonstrou que a empresa não intencionava promover a marca Merit como um cigarro de “sabor mais suave”, mas como um produto com o mesmo sabor de um cigarro normal, além do benefício para a saúde.<sup>113</sup>

**2246.** Segundo [James Morgan, antigo CEO da Philip Morris], a empresa não tinha a intenção de comunicar, ao utilizar o nome Marlboro *Lights*, um sabor suave ou mais leve:

Não consigo descrever o que significa exatamente sabor suave... Sabor suave, em primeiro lugar, não é um atributo positivo se pode significar qualquer coisa... a meu ver, sabor suave é um apelo nebuloso e sem sentido... o verdadeiro benefício é o baixo teor de alcatrão e nicotina... Não se trata, em minha opinião, de suavidade... Essa palavra, em termos de sabor, não significa nada, e achamos que o nome Marlboro *Lights*, como eu disse antes, tem um apelo diferente, não serve para sugerir qual o sabor do cigarro.<sup>114</sup>

**2254.** De acordo com Nancy Lund, Vice-Presidente Sênior de *Marketing* da Philip Morris, quando os cigarros *light* foram introduzidos, seu principal problema era que os consumidores não gostavam do sabor... Mesmo assim, reconhece ela, os fumantes os compravam, porque eram percebidos como menos prejudiciais.<sup>115</sup>

**2295.** A Philip Morris fazia pesquisas junto a ex-fumantes, com o objetivo de desenvolver o *marketing* dos cigarros supostamente menos prejudiciais. Com isso, visava atrair ex-fumantes de volta para o mercado e dissuadir os fumantes que desejavam abandonar o tabagismo.

**2313.** Um estudo [da R.J.Reynolds (RJR)] de 1969... mostrou que “o grupo de fumantes de cigarros com filtro tinha maior consciência da possível relação entre o tabagismo e malefícios para a saúde”, e apontava a “disposição de um número crescente de fumantes de fazer compensações – fumar um cigarro que consideravam menos prejudicial, ao invés de largar completamente o vício.”<sup>116</sup>

**2319.** Em agosto de 1981, um relatório preparado para a RJR pela Beaumont Organization advertia que as marcas com ultrabaixos teores de alcatrão, como Now, Carlton, Cambridge e Barclay, podiam ajudar a manter a dependência dos fumantes que procuram eliminar o “perigo” do tabagismo, porque eles acreditam que as marcas com ultrabaixos teores “reduzem os pretensos riscos para a saúde” do tabagismo “para um nível aceitável – ou mínimo”...<sup>117</sup>

**2327.** Em 1986, um documento da B&W afirmava: “Os fumantes inclinados a largar o tabagismo podem ser desestimulados, ou pelo menos mantidos mais tempo no mercado... Um cigarro menos irritante é um caminho... (Na realidade, a prática de trocar para marcas de cigarros com baixos teores ou mentolados, durante as tentativas de parar de fumar, é um reconhecimento tácito disso). Um cigarro seguro teria forte apelo.”<sup>118</sup>


**2330.** Em 22 março de 1979, Terry Hanby, que pesquisava para a BATCo maneiras de tranquilizar o consumidor, conclui num documento interno que a venda de cigarros com baixos teores como sendo produtos “que transmitem mais segurança para a saúde” iriam contrabalançar o declínio nas vendas dos cigarros..<sup>119</sup>

#### **4. Apesar de seu conhecimento interno, os Réus negam publicamente que a compensação da nicotina seja quase total e que o Método FTC seja falho**

**2349.** À época da adoção do Método FTC, mesmo contemplando o fato de que as inúmeras variações possíveis no comportamento habitual dos fumantes individuais poderiam afetar os resultados do alcatrão e nicotina, a Comissão não possuía completa compreensão do mecanismo de compensação dos fumantes...

“Os fumantes inclinados a largar o tabagismo podem ser desestimulados, ou pelo menos mantidos mais tempo no mercado... Um cigarro menos irritante é um caminho...”

Documento da B&W de 1986



**Terry Hanby, que pesquisava para a BATCo maneiras de tranquilizar o consumidor, conclui que a venda de cigarros com baixos teores como sendo produtos “que transmitem mais segurança para a saúde” iriam contrabalançar o declínio nas vendas dos cigarros...**

Documento interno da BATCo, de 22 de março de 1979

Os Réus omitiram que sabiam, há muito tempo, que a principal razão pela qual o Método FTC poderia fornecer dados equivocados era o comportamento de compensação: o vício em nicotina levaria os fumantes a procurar receber doses de nicotina relativamente estáveis.<sup>120</sup>

**2360.** Em setembro de 1997, a FTC solicitou comentários sobre a proposta de substituir o método existente por uma metodologia de testes que “fornecesse informações sobre o teor de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono obtidos sob duas condições diferentes de fumar”. O intuito era ... comunicar aos fumantes que “o teor de um cigarro depende de como ele é fumado”.

<sup>121</sup> A resposta conjunta da Philip Morris, RJR, B&W e Lorillard defendia o Método FTC corrente e opunha-se à mudança proposta pela agência...<sup>122</sup>

**2361.** As empresas foram mais longe, declarando: “Os fumantes estão acostumados com os resultados dos testes fornecidos pelo método atual; mantê-lo em uso assegura a continuidade histórica dos dados...”<sup>123</sup> Os comentários referiam-se ao mecanismo de compensação do fumante como “hipotético” e como “um fenômeno parcamente documentado”. E declaravam: “O protocolo dos testes não deveria ser modificado para refletir o mecanismo “compensatório”, em parte porque o conhecimento atual sobre esse comportamento é muito precário para ser utilizado em modelos empíricos.”<sup>124</sup>

**2362.** Respondendo à pergunta colocada pela FTC: “Que tipo de mensagem educativa deveria ser criada para informar os fumantes sobre os orifícios de ventilação dos filtros, e para lembrar que não devem ser bloqueados com os dedos ou lábios?”, os Réus comentaram em 1998: “ Os fabricantes não estão convencidos de que bloquear os orifícios de ventilação seja um fenômeno suficientemente comum ou documentado, a ponto de termos que alertar os fumantes sobre a presença desses poros e instruí-los a não os bloquear.”<sup>125</sup>

**2363.** Em resposta à seguinte questão da FTC: “Se o efeito do comportamento compensatório do fumante não é incorporado na leitura dos níveis de alcatrão e nicotina, não se deveria alertar os fumantes sobre esse comportamento em todas as propagandas?”, foram esses os comentários dos Réus, em 1998: “Os fabricantes não estão convencidos de que o mecanismo compensatório do fumante seja um fenômeno suficientemente comum ou documentado, a ponto de que os consumidores devam ser alertados quanto a sua existência...”<sup>126</sup>

**2366.** O Depoimento escrito para o Subcomitê para Saúde e Meio-Ambiente do Congresso Americano, datado de 14 de abril de 1994,... de William Campbell, Presidente e CEO da Philip Morris USA, em contradição com todo o conhecimento acumulado ou desenvolvido pela Philip Morris USA, afirma que “os con-



sumidores não são enganados pelos teores de nicotina publicados, que são medidos pelo método FTC ...”<sup>127</sup>

**2371.** Em meados da década de 1990, Tommy Sandefur, CEO da B&W, submeteu um depoimento ao Congresso, defendendo por escrito o Método FTC: “Nós também refutamos enfaticamente a sugestão de [David] Kessler e [John] Slade de que as leituras dos teores de alcatrão e nicotina fornecidas pelo método FTC sejam enganosas e não-significativas.” Mais de dez anos antes, em 19 de março de 1984, Ernest Papples, Vice-Presidente Sênior e Conselheiro Geral da B&W, afirma em uma carta para Howard Liebengood, do *Tobacco Institute*, que os teores de alcatrão e nicotina fornecidos pelo Método FTC “podem induzir a erro os consumidores” e não ter nenhuma relação com a real absorção pelo consumidor.<sup>128</sup>

**2372.** Susan Ivey, Presidente e CEO da B&W, admitiu durante o julgamento que a B&W “sabia há muito anos” que alguns fumantes utilizavam o mecanismo de compensação, quando fumavam cigarros com baixos teores de alcatrão. Em seu *website*, a B&W assume uma posição diferente, afirmando que “a razão por que a compensação ocorre é ainda objeto de pesquisas científicas, e não está clara qual é a importância relativa do alcatrão *versus* a nicotina dentro do mecanis-

**“Os consumidores não são enganados pelos teores de nicotina publicados, que são medidos pelo método FTC ...”**

William Campbell, no depoimento que enviou para Subcomitê para Saúde e Meio-Ambiente do Congresso Americano, em 14 de abril de 1994



mo de compensação... O quanto os fumantes alteram seu comportamento quando mudam para produtos com baixos teores, e por quanto tempo, permanece obscuro... Em situações reais de uso, os cigarros com menores teores de alcatrão costumam fornecer menos alcatrão e nicotina que os cigarros com mais alcatrão. O teor contido em cada tipo de cigarro geralmente se encontra dentro dos limites associados com as descrições *ultra lights*, *lights* e *normal*”.<sup>129</sup>

**2376.** Em 1999, Alexander Spears, CEO da Lorillard, declarou publicamente que os números de alcatrão e nicotina da FTC não precisavam ser explicados para os fumantes, porque era “totalmente óbvio” que não tinham a menor importância, dado o mecanismo de compensação dos fumantes.<sup>130</sup>

## **5. A despeito do que sabem internamente, os Réus continuam a sugerir, com suas ações de *marketing* e declarações públicas, que cigarros com baixos teores de alcatrão são menos prejudiciais que os com teores normais**

**2377.** Conforme detalhado, os Réus não cessaram de dar declarações falsas e enganosas sobre os cigarros com baixos teores, visando com isso tranquilizar os fumantes e dissuadi-los de parar de fumar. Suas afirmações incluem: afirmar que fornecem teores “baixos”, “mais baixos” ou “menos” alcatrão e nicotina que os cigarros regulares; alegar que são “suaves” ou que possuem um sabor “limpo”; usar junto aos nomes de marca descritores como “*light*” e “*ultra light*”, tendo total consciência de que os consumidores interpretam que tais descritores e atributos comunicam menor perigo para a saúde.

**2382.** Os termos “*Light*” e “Baixos Teores de Alcatrão”, tal como usados pelos Réus, são essencialmente “ocos” e “arbitrários”. Como explicou o Dr. Farone:

Algumas versões *light* de certas marcas apresentam níveis de alcatrão mais altos que os cigarros regulares de outras marcas da mesma empresa, e também há versões *light* e regulares da mesma marca com as mesmas taxas de alcatrão medidas pelo Método FTC. Assim, o termo *light* não se relaciona nem com o teor de alcatrão, nem com o sabor. Por exemplo, segundo o relatório mais recente da FTC sobre teores de alcatrão e nicotina, tanto a [marca] Virginia Slims como sua versão Virginia Slims *Lights*, da Philip Mor-

ris, fornecem 15mg de alcatrão pelo método FTC.<sup>131</sup>

**2392.** Em suas declarações públicas, os Réus continuam a mascarar suas reais intenções quando lançam cigarros com baixos teores. Por exemplo, os Réus Philip Morris, RJR, B&W e Lorillard enviaram um comunicado conjunto para a FTC, em fevereiro de 1998, afirmando que: “Os fabricantes não alegam que os cigarros com baixos teores sejam ‘seguros,’ ou ‘mais seguros’ que os cigarros com teores mais altos.”<sup>132</sup>

**2398.** O testemunho dos Réus para a FTC não se refere, em nenhum momento, à enorme quantidade de pesquisas com consumidores que os Réus conduziram, diretamente ou com ajuda de seus numerosos consultores de *marketing* e comunicação, as quais revelavam claramente que o sabor dos cigarros com baixos teores de alcatrão desagradava fortemente a muitos consumidores que, no entanto, os consumiam porque acreditavam que fossem mais saudáveis.<sup>133</sup>

**2402.** Segundo James Morgan [Gerente da Marca Marlboro de 1969 a 1972], a Philip Morris deliberadamente decidiu usar a frase “menos alcatrão e nicotina”, mesmo com sua própria pesquisa de *marketing* indicando que os consumidores a interpretavam como significando que os cigarros não só continham menos alcatrão e nicotina em comparação com outros, mas também que eram uma opção mais saudável.<sup>134</sup>

**2403.** Em 2002, Morgan, que mais tarde se tornou CEO da Philip Morris, explicou que, mais do que os índices de alcatrão e nicotina obtidos pelo Método FTC, “a principal influência sobre a percepção das pessoas quanto ao alcatrão contido nos cigarros era o posicionamento de *marketing* da marca; as pessoas, na verdade, não liam os [números de alcatrão e nicotina da] FTC.”<sup>135</sup>

**2426.** Em 1979, a Philip Morris promoveu a marca Cambridge como um cigarro com teor 0 de alcatrão (menos que 0,1 mg) pelo teste FTC. Este cigarro com 0 de alcatrão foi retirado do mercado e substituído pelas marcas Cambridge *Light* e Ultra *Light*, ambas com

muito mais alcatrão que o cigarro Cambridge original. O Dr. Farone não deixa dúvidas quando afirma:

A idéia, desde o começo, era levar o público a acreditar que o cigarro Cambridge *Light* tinha baixos teores de alcatrão, quando na verdade não tinha... a tendência de aumentar o teor de alcatrão do produto é muito clara e não há, em nenhuma peça de comunicação, referência a esses aumentos.<sup>136</sup>

**2462.** James Morgan, antigo CEO da Philip Morris, reconhece que a moda dos cigarros com menos alcatrão, nos anos 1970, deveu-se principalmente à percepção, de parte do consumidor, de que eram menos perigosos para a saúde que os cigarros com altos teores... Morgan admitiu que as empresas sabiam disso. Segundo ele, mesmo tendo essa informação, a Philip Morris não tomou nenhuma providência para esclarecer essa percepção equivocada.<sup>137</sup>

**2471.** Jeanne Bonhomme, Diretora de Pesquisa com o Consumidor da Philip Morris, declarou que, ao que lhe constava:

- “A Philip Morris sempre negou publicamente promover os cigarros com baixos teores como sendo seguros ou mais seguros que as marcas regulares,” e



**A tendência nos anos 70 com relação aos cigarros de baixo alcatrão está relacionada com a percepção dos consumidores de que este tipo de cigarro era menos prejudicial à saúde ... Philip Morris não adotou nenhuma medida adicional para conter esta percepção equivocada.**

James Morgan, Philip Morris

- “A Philip Morris sempre negou publicamente usar descritores como ‘light’ e ‘ultra light’ para comunicar que fossem seguros, ou mais seguros do que as marcas regulares.”<sup>138</sup>

**2474.** Em maio de 1996, representantes da Philip Morris, RJR, B&W e Lorillard, incluindo a Conselheira Geral da Philips Morris, Denise Keane, reuniram-se com a FTC... A FTC solicitou aos representantes da indústria que fornecessem “quaisquer informações em poder das empresas relativas à questão da percepção do consumidor sobre os cigarros com baixos teores de alcatrão, os ditos ‘light’”. Mesmo possuindo dados, coletados durante décadas, de pesquisas com consumidores focadas sobre a interpretação desses termos, a Philip Morris, ...segundo Keane, “nunca forneceu nenhuma dessas informações” para a FTC.<sup>139</sup>

**2480.** Em anos recentes, 2003 e 2004, a Diretoria da Altria (antiga Philip Morris Companies) emitiu declarações públicas enganosas para seus acionistas e para a *Securities and Exchange Commission* (a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos)... Um grupo de acionistas da Altria propôs que a Diretoria da empresa “descobrisse maneiras adequadas de informar nossos consumidores sobre os riscos reais para a saúde dos cigarros ‘light e ultra light’, dissociando-os da crença de que tais produtos sejam mais seguros e forneçam menos alcatrão e nicotina.” ... A Diretoria da Altria recomendou que os acionistas votassem contra essa proposta...<sup>140</sup>

**2510.** Em 21 de junho de 1982, um Relatório de Pesquisa de Produto... redigido pelo Departamento de Desenvolvimento de *Marketing* da RJR, afirmava: “A maioria dos respondentes [fumantes de marcas ultra-baixos teores] preferiu o filtro branco ao filtro cor de cortiça, pois consideraram a cor branca mais indicativa de cigarros *ultralight*. O filtro branco gerou fortes associações com suavidade, pureza, limpeza, modernidade e inovação.”<sup>141</sup>

**2512.** Segundo Gary Burger, Presidente de Pesquisa & Desenvolvimento da RJR, a empresa tinha consciência de que os consumidores fumam cigarros com baixos teores por causa do benefício percebido para a saúde... E acrescenta que os consumidores “têm a impressão de que os níveis de substâncias ruins nos cigarros regulares é mais alto que os níveis de substâncias ruins nos cigarros com menos alcatrão.”<sup>142</sup>

**2515.** A declaração da RJR aos acionistas de 21 de março de 2003 apresentava uma proposta: “descobrir formas apropriadas de informar nossos consumidores sobre o risco real para a saúde de fumar cigarros ‘light e ultra light’, dissociando-os da crença de que sejam mais seguros e que forneçam menos alcatrão e nicotina”. .. A Diretoria da RJR recomendou votar contra a proposta.<sup>143</sup>

**2526.** Em março de 1999, Nicholas Brookes, Presidente de Conselho e CEO da B&W entre 1995 e 2000, foi informado sobre uma discrepância no teor de alcatrão dos cigarros Carlton. Quando fumado pelas pessoas, o cigarro fornecia 3 miligramas de alcatrão, e não um miligrama, como se anunciava. Mas, como a B&W tinha acabado de lançar uma nova campanha publicitária “promovendo a marca Carlton como a ‘número 1’”, Brookes tentou adiar a publicação do estudo para não alertar o público sobre as novas descobertas. Brooke não orientou o departamento de *marketing* da B&W a descontinuar a campanha “Carlton é a ‘número 1’”, mesmo reconhecendo que ela poderia confundir os consumidores.<sup>144</sup>

**2556.** Não obstante as provas substanciais já relatadas... de que a B&W sabia que os consumidores interpretavam os descritores das marcas com baixos teores como indicações de um cigarro menos prejudicial, em maio de 2004, lia-se no *website* da empresa que os descritores de marca apenas visavam comunicar o sabor...<sup>145</sup>

**2557.** Várias documentações de pesquisas da BATCO corroboram que a empresa tinha, há muito tempo, tanto o conhecimento como a intenção de que suas ações de comunicação e *marketing* para os cigarros com menos alcatrão, e o uso dos descritores “light” e “*ultralight*”, formassem e reforçassem a crença errônea de que são melhores para a saúde dos consumidores, levando-os a fumar essas marcas por causa disso.

**2590.** A American Tobacco afirmava, em anúncios da marca Carlton dos anos 1990, que os fumantes poderiam fumar dez maços de Carlton e, ainda assim, ingerir menos alcatrão que fumando um maço de Marlboro, Camel, Winston, Kent ou Viceroy.<sup>146</sup>

**2598.** Em 15 de setembro de 1964, um memorando de M. Yellen para Morgan J. Cramer, Presidente e CEO da Lorillard,... afirmava que, vários meses antes da publicação do primeiro Relatório do *Surgeon General* de janeiro de 1964, “A [marca de cigarros] LARK [da

Liggett] estava estabelecendo uma base para futuras atividades de vendas, que pode ser mesmo via hospitalares, já que há rumores ... de que cientistas médicos endossavam o LARK como sendo o cigarro mais seguro. Essa técnica de *marketing* tem-se provado um sucesso para a LARK”.<sup>147</sup>

**2602.** Em 1966, a Lorillard lançou a marca de cigarros True. Martin Orłowsky, Presidente do Conselho e *Chief Executive Officer* da Lorillard Tobacco Company, admitiu que os anúncios dessa marca dirigiam-se aos fumantes que, preocupados com os riscos para sua saúde, buscavam um cigarro com menos alcatrão.<sup>148</sup>

**2624.** Em 5 de setembro de 2001, o Dr. Anthony Albino, Vice-Presidente Executivo de Estratégia, Comunicação e Relações com o Consumidor da Vector Tobacco, Inc. [subsidiária do Liggett Group Inc.], enviou um e-mail para várias pessoas, incluindo Bennett LeBow, Presidente do Conselho e *Chief Executive Officer* do Vector Group, Ltd e da VGR Holding Inc., admitindo que : “a adoção dos cigarros ‘light’ durante os 25 últimos anos deve-se principalmente à PERCEPÇÃO de segurança”.<sup>149</sup>

## 6. Conclusões

**2627.** Com base nos documentos internos de pesquisa, relatórios, memorandos e cartas, fica claro que os Réus sabiam, há décadas, que fumar cigarros com baixos teores de alcatrão/nicotina, em substituição aos cigarros com teores normais, não produz nenhum benefício evidente para a saúde. Fica também claro que, enquanto os Réus sabiam que o Método FTC para medição de alcatrão e nicotina consegue comparar com precisão as percentagens de nicotina/alcatrão de dife-

rentes cigarros, também sabiam que o método não era confiável para medir os níveis efetivos de nicotina e alcatrão absorvidos pelos fumantes nas situações reais de uso, porque não leva em consideração o fenômeno da compensação do fumante. Os Réus também sabiam que muitos fumantes sentiam-se preocupados e ansiosos com os efeitos do tabagismo sobre sua saúde, e que uma percentagem significativa desses fumantes estava disposta a fazer concessões, abrindo mão de um sabor mais agradável para ter a tranquilidade de fumar marcas menos perigosas. Era do conhecimento dos Réus que muitos desses fumantes preocupados e ansiosos com a saúde confiariam nas alegações feitas para os cigarros com baixos teores, usando-as como razão ou desculpa para não largar o tabagismo.

**2628.** A despeito desse conhecimento, os Réus venderam e exploraram a imagem dos cigarros com menos alcatrão / *light* como alternativa menos prejudicial que os cigarros tradicionais. Fizeram isso em larga escala e com grande sucesso. Não bastando, opuseram-se a quaisquer modificações no Método FTC que pudessem medir com maior precisão os efeitos do mecanismo compensatório sobre os níveis reais de alcatrão e nicotina absorvidos pelos fumantes. Os Réus também negaram ter usado apelos de saúde na promoção dos cigarros *light*, alegando que o *marketing* para essas marcas baseava-se na preferência dos fumantes por um sabor “mais leve” e “mais limpo”.

**2629.** Ao adotar esse engodo, os Réus conseguiram aumentar dramaticamente as vendas dos cigarros com baixos teores/*light*, aquietaram o medo dos fumantes quanto aos riscos para sua saúde e sustentaram as receitas corporativas, mesmo em face das provas crescentes sobre os efeitos do tabagismo sobre a saúde.

# Marketing para os Jovens

Desde os anos 1950 até o presente, alguns dos Réus, em diferentes ocasiões e usando diferentes métodos, dirigiram propositalmente seus esforços de *marketing* para jovens com menos de 21 anos, a fim de recrutar “fumantes substitutos” que garantissem o futuro econômico da indústria tabagista

## Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler discute as provas de que os Réus monitoravam o comportamento dos jovens e usavam essas informações para criar campanhas de *marketing* altamente sofisticadas, com o objetivo de incentivar os jovens a começar a fumar e a continuar fumando. A Juíza Kessler explica que os Réus procuraram manter sua lucratividade, atraindo os jovens para seu mercado, visando substituir com esses novos fumantes aqueles que morriam ou deixavam de fumar.

### 1. Definição de Jovens

### 2. Os Réus precisam dos jovens como novos fumantes

2637. Assim expressiu-se Bennett LeBow, Presidente da Vector Holdings Group: “se as empresas tabagistas realmente eliminassem o *marketing* para crianças, estariam fora do mercado em 25 ou 30 anos, porque não teriam consumidores suficientes para manter seus negócios.”<sup>150</sup>

### 3. O *Marketing* dos Réus é um dos principais fatores que atuam na iniciação dos jovens ao tabagismo

### 4. Monitorar o comportamento e as preferências das pessoas jovens garante que as ações de *marketing* e promoção atinjam esse público

#### a. Os Réus monitoram o comportamento e as preferências dos jovens.

2717. Os Réus gastaram enormes recursos para monitorar o comportamento e as preferências das pessoas com menos de 21 anos... a fim de incentivá-las a começar a fumar e a continuar fumando. O argumento apresentado pelos Réus, de que suas pesquisas não

visavam determinar quais as preferências e comportamentos dos jovens para vender para esse público com maior eficácia, visivelmente não merece credibilidade.

2762. A Philip Morris realizou extensas pesquisas com consumidores, para utilizar essas informações na elaboração de campanhas de *marketing* que apelassem para os jovens fumantes em potencial.

2787. Durante um seminário para os representantes de vendas externas da Lorillard, realizado em 27 de março de 1978, foram discutidas várias idéias para o *marketing* dos cigarros Newport. Os temas para discussão incluíam: patrocinar times de esportes voltados para jovens; ... bolsas de estudos para jovens com menos recursos;... e patrocínio do concurso de beleza Miss Adolescente Negra.<sup>151</sup>

2789. Em 30 de agosto de 1978, um memorando de Ted Achey, Diretor de Vendas para o Meio-Oeste da Lorillard, para o Presidente da empresa, Curtis H. Judge, relativo a “Informações sobre Produtos”, demonstra que a Lorillard reconhecia a importância do mercado dos menores de idade para a empresa:

A... base de nosso negócio é o estudante do curso secundário. NEWPORT ... é a marca de cigarros “in” para quem quer fazer parte do gru-

po. Nosso problema é o consumidor mais jovem que não quer um cigarro mentolado... Acho que está na hora de desenvolver um cigarro NEW-PORT NATURAL (não-mentolado) para atrair o consumidor jovem adulto que deseja um produto não-mentolado.<sup>152</sup>

**2792.** Um memorando da Lorillard, datado de 2 de agosto de 1982, enviado por Florian Perini, Químico-Pesquisador Sênior, para M.A. Sudholt, Gerente de Desenvolvimento Analítico,... propunha “incorporar imagens típicas de vídeo games ao *design* dos maços (apelo jovem)”, detalhando que:

A mania generalizada dos vídeo games tem algumas características fundamentais, que nós poderíamos explorar em primeira mão. Nomes como PAC MAN, SPACE INVADERS, TRON e suas imagens podem ser criativamente inseridos nos maços de cigarro como motivos... e desenhos, pois essas imagens têm brilho e podem exercer um apelo duradouro. Pode-se estender o conceito para IMAGENS ESPACIAIS (Galáxia, Cosmos, Universo).<sup>153</sup>

**2855.** O memorando da [R.J. Reynolds (RJR)] de 2 de fevereiro de 1973... intitulado “Idéias de Novas Marcas de Cigarro para o Mercado Jovem”, trazia a seguinte afirmação [do Dr. Claude Teague, funcionário de Pesquisa & Desenvolvimento da RJR]: “No momento, estamos sendo restringidos - injustamente, em minha opinião - de promover diretamente o cigarro para o mercado jovem...”<sup>154</sup>

## **b. O marketing dos Réus utiliza temas relevantes para a juventude.**

**2892.** Como mostram as provas a seguir, os Réus vêm utilizando a vasta quantidade de dados que acumularam por meio de monitoração e pesquisas sobre a iniciação dos jovens no tabagismo, seus gostos e preferências, para utilizar temas relevantes para os jovens em suas campanhas de *marketing*.<sup>155</sup> ... Acima de tudo, os Réus poliram a imagem de suas marcas jovens para que comunicassem independência, vigor, rebeldia, amor à vida, aventura, confiança, auto-afirmação e uma atitude “*in*”.

**2918.** Philip Gaberman, diretor criativo da Robert Brian Associates, enviou uma carta para o Professor Charles Seide da Cooper Union, uma faculdade de artes na cidade de Nova York, em 13 de agosto de 1970, propondo envolver os alunos do Prof. Seide na criação do *design* da embalagem do cigarro Kicks. Em sua carta, ele mencionava que:

...Nosso cliente solicitou que criássemos um *design* de embalagem... que fosse atraente para a garotada... (jovens adultos)... Nota: Ainda que este cigarro tenha como público-alvo o mercado jovem, nenhuma ação (óbvia) pode ser feita para incentivar pessoas com menos de 21 anos a fumar. O *design* da embalagem deve ser criado para atrair a atenção do jovem... mas não pode chamar a atenção dos vigilantes do Governo Federal.<sup>156</sup>

**2934.** Uma seção [do relatório de 26 de maio de 1975, preparado para a Brown & Williamson (B&W)], intitulada “Como Atrair para Nossas Marcas Novos Fumantes e Consumidores de Outras Marcas”, afirma ... que:



**Acima de tudo, os Réus poliram a imagem de suas marcas jovens para que comunicassem independência, vigor, rebeldia, amor à vida, aventura, confiança, auto-afirmação e uma atitude “*in*”.**

As tentativas de atrair jovens fumantes ou iniciantes devem-se basear... nos seguintes parâmetros: apresentar o cigarro como uma das formas de entrar no mundo adulto. Apresentar o cigarro como parte da categoria de produtos e atividades relacionados com prazeres ilícitos... Tangenciar os símbolos básicos do processo de crescimento e maturidade. Relacionar o máximo possível (considerando algumas restrições legais) o cigarro com “baseado”, vinho, cerveja, sexo, etc.<sup>157</sup>

**2955.** Um relatório, datado de 29 de junho de 1983,... listava as “idéias iniciais”, a serem implementadas em lojas de conveniência, para incentivar a compra das marcas de cigarros da RJR. Dentre estas, incluíam-se: “uma revista de atividades com apelo jovem – coisas para fazer”; “desenvolver um suporte para bicicletas com espaço para anúncios visando a garotada”; “associar o cigarro com outros produtos comprados pelos jovens”; “distribuir fichas de vídeo game vinculadas à compra”; “criar um canal de música em circuito-fechado para as lojas de conveniência, tendo como alvo o mercado jovem”; e “algum tipo de competição ou jogo... vinculado à comprovação da compra – com resultados semanais. Pode ser um vídeo game ou um concurso sobre esportes para escolas secundárias”.<sup>158</sup>

**2965.** Dana Blackmar escreveu para Rick McReynolds, em seu memorando de 7 de fevereiro de 1984: “Acho que a propaganda francesa para os cigarros Camel Filter é um arraso. Deveria funcionar tão bem, se não melhor, para o Camel Regular. É superjovem e visa direitinho o jovem adulto fumante que a [marca] Camel precisa atrair”.<sup>159</sup>

**2971.** A Camel detinha apenas 2,4% do segmento das pessoas com idade entre 14 e 17 anos em 1979, segundo dados internos da RJR... Em 1993, graças à campanha com Joe Camel\*, a marca aumentou sua participação no mercado adolescente para incríveis 13,3%.<sup>160</sup>

\* N.T. Joe Camel foi o mascote da propaganda dos cigarros Ca-

**2980.** Um documento da RJR, datado de 15 de setembro de 1989,... mencionava ações de *marketing* da [marca] Camel durante... um festival, tais como “brinquedos de parque de diversões para as crianças, quiosques de vendas e shows ao vivo.” Um evento semelhante, em Dallas, incluía uma área central com atrações para crianças: “A presença da Camel como principal patrocinadora foi percebida, com certeza, por todos os presentes. Vinte e cinco *banners* enormes foram dispostos em todo o perímetro do parque. Um maço inflável gigante de cigarros Camel foi colocado perto do palco principal”. Um jogo de basquete da Camel, dentro de um “quiosque independente, decorado com *banners*, bandeirolas e maços gigantes” localizava-se na área central do evento, junto ao parque de diversões para crianças, e gerou um “enorme impacto de presença da marca”. O documento indica que 2.000, 5.000 e 28.000 amostras grátis de cigarros foram distribuídas durante os três eventos, respectivamente.<sup>161</sup>



“É superjovem e visa direitinho o jovem adulto fumante que a Camel precisa atrair”.

Memorando interno da RJR, datado de 7 de fevereiro de 1984.

**2986.** No mês de novembro de 1993, Roper Starch conduziu uma “Pesquisa sobre Personagem e *Slogan* Promocionais” para monitorar o nível de lembrança da Campanha Joe Camel, utilizando uma “amostra de jovens entre 10 e 17 anos de idade, em nível nacional”. O estudo descobriu que 86% dos adolescentes entre 10 e 17 anos pesquisados reconheciam o Joe Camel. O personagem foi também corretamente identificado como fazendo parte da propaganda de um cigarro por 95% dos jovens que afirmavam ter lembrança do personagem Joe Camel. Este percentual era mais alto que a proporção de crianças que sabiam que o Ronald McDonald fazia parte da propaganda da cadeia de *fast food* McDonald’s.<sup>162</sup>

mel de 1991 até 1997, aparecendo em anúncios de revistas, *outdoors* e em outros veículos impressos. Em 1991, o *Journal of the American Medical Association* publicou um estudo, mostrando que mais crianças entre 5 e 6 anos reconheciam o Joe Camel do que o Mickey Mouse ou Fred Flintstone, alegando que a campanha “Joe Camel” visava crianças – apesar da contestação da R. J. Reynolds de que a campanha só era dirigida a adultos fumantes de outras marcas.

**c. Os Réus continuam a fazer promoções de preço para as marcas Premium mais populares entre os adolescentes.**

**2991.** Os Réus reconhecem que os adolescentes e jovens adultos são mais responsivos aos aumentos dos preços dos cigarros e de outros produtos tabagísticos, e tendem a não experimentar ou a deixar de fumar se os preços dos cigarros aumentam.<sup>163</sup>

**2997.** Desde que assinaram o *Master Settlement Agreement* [(MSA)]<sup>\*</sup>, os Réus aumentaram o preço de lista de seus cigarros. Ao mesmo tempo, aumentaram enormemente suas promoções; dessa forma, acabaram de fato diminuindo o preço efetivo dos cigarros para os consumidores.<sup>164</sup>

**3017.** Desde aproximadamente o ano 2000, a B&W gastou mais com descontos ou reduções do preço dos cigarros Kool do que com qualquer outra marca sua, segundo Paul Wessel, atual Vice-Presidente de Divisão da B&W, responsável pelas marcas *premium* de nicho e por desenvolvimento de novos produtos.<sup>165</sup>

**3018.** Wessel alegou que não tinha conhecimento da sensibilidade ao preço característica dos jovens e que desconhecia qualquer posição da B&W com relação a essa sensibilidade.<sup>166</sup> Esta afirmação não é crível, dada a posição de responsabilidade da testemunha dentro da hierarquia da empresa, a qual sempre alardeou não dirigir ações de *marketing* de seus produtos para a juventude por causa dessa sensibilidade.

**5. O marketing dos Réus atinge os jovens eficazmente**

**a. Os gastos com propaganda e promoção dos Réus têm aumentado continuamente.**

**3026.** Após terem assinado o MSA, os Réus Fabricantes de Cigarros relataram ao FTC aumentos significativos dos gastos com propaganda em jornais (aumento

---

\* N.T. O *Master Settlement Agreement* foi o maior acordo obtido em uma Ação Cível nos Estados Unidos, pelo qual as empresas de tabaco concordaram em mudar seus métodos de propaganda e *marketing*, ressarcir estados americanos das despesas médicas com o tratamento de fumantes, financiar campanhas anti-tabagismo e revelar documentos secretos da indústria.

de 73%), revistas (aumento de 34,2%) e mala direta (crescimento de 63,8%). A distribuição de amostras grátis de cigarros cresceu 133,5%.<sup>167</sup>

**3032.** Boa parte do depoimento da Sra. Beasley durante a inquirição simplesmente não merece crédito. Dois exemplos bastam. Primeiro, mesmo sendo Presidente e *Chief Operating Officer* (Principal Executiva de Operações) da RJR, bem como funcionária de longa data da empresa, ela negou ter conhecimento de que a Camel, a marca líder de cigarros da RJR, fosse a terceira marca mais fumada pelos adolescentes entre 12 e 17 anos de idade.<sup>168</sup> Em segundo lugar, ela afirmou que, em março de 2001, a RJR retirou a Rolling Stone e outras revistas para o público jovem da sua lista de revistas aprovadas para anunciar; foram-lhe então apresentadas quatro edições distintas de 2005 da revista Rolling Stone, que continham anúncios da marca de cigarros Camel da RJR, em direta contradição com seu testemunho.<sup>169</sup> Dessa forma, o Juízo rejeita seu depoimento de que o *marketing* da Reynolds, particularmente em revistas, não se direciona aos jovens.

**b. Os Réus anunciam em publicações com público-alvo jovem.**

**3054.** O Diretor de Mídia da Philip Morris, [Richard] Camisa alega que... não tinha conhecimento do número de adolescentes que estavam sendo atingidos pela propaganda impressa da Philip Morris. Seu testemunho é rejeitado como não sendo crível, particularmente à luz de sua admissão de que o Departamento de Mídia da Philip Morris produzia pastas com “informações úteis” para os Grupos de Marcas, com sinopses sobre cada revista nas quais os anúncios dos cigarros da Philip Morris poderiam ser publicados. As sinopses continham dados demográficos básicos sobre os leitores das revistas, incluindo informações sobre a idade dos leitores, temas e público-alvo.<sup>170</sup>

**3083.** Andrew Schindler, CEO da RJR, ... afirmou – com a maior cara-de-pau – que, quando a RJR colocou um anúncio na edição *Swimsuit*\*\* de 2003 da revista Sports Illustrated, não lhe ocorreu que “a edição *Swimsuit* poderia atrair um número absoluto alto de garotos adolescentes, ainda que o limite de 25% não fosse ultrapassado”. Tampouco lhe ocorreu que, “mes-

---

\*\* N.T. Edição anual da revista Sports Illustrated que traz fotos de modelos vestindo biquínis, muito popular nos Estados Unidos.





**“Se não fizermos algo rapidamente para projetar um senso de responsabilidade da indústria com relação à questão do acesso dos jovens, estaremos enfrentando severas restrições às ações de *marketing* em muito pouco tempo.”**

Documento da Philip Morris de 1995

mo que os efetivos volumes de vendas da revista não sejam astronomicamente altos entre os adolescentes, esta edição especial é a que tem maior probabilidade de que um colegial a compre e leve para a escola para compartilhá-la com os colegas”.<sup>171</sup> Seu depoimento não merece credibilidade.

**c. Os Réus tentam vender para os jovens por meio de mala direta.**

**3089.** Os Réus têm recorrido freqüentemente a ações de *marketing* por mala direta, enviando para milhões de pessoas cupons, camisetas, produtos esportivos, canecas e revistas, todos eles promovendo suas marcas de cigarros. As malas diretas foram enviadas para milhões de jovens que os Réus supunham ter mais de 21 anos, sem, todavia, possuir comprovação formal de sua maioridade.

**3101.** A Lorillard, na pessoa de seu CEO Martin Orlofsky, admitiu que “por vezes” enviou malas diretas para indivíduos, dos quais não tinha nenhuma identificação oficial, e que não possui nenhuma verificação externa dos dados de cada pessoa para quem envia correspondência.<sup>172</sup>

**3102.** Em 2000, a Lorillard enviou 4.181.593 malas diretas, que incluíam 2,6 milhões de cupons de descontos para a compra de cigarros, para pessoas sobre as quais a empresa não tem, em arquivo, nenhum tipo de verificação externa ou identificação oficial.<sup>173</sup>

**3108.** Em 2004, a B&W enviou cigarros pelo correio, para indivíduos de quem também não possuía dados verificados.<sup>174</sup>

**d. Os Réus tentam atingir o público jovem por meio de uma série de promoções para o varejo.**

**e. Os itens promocionais, eventos e patrocínios dos Réus exercem atração sobre os jovens.**

**3135.** David Desandre, do Departamento de *Marketing* da Lorillard, e Beth Crehan, funcionária de uma empresa de promoção de *marketing*, conseguiram entrar no evento “*Band to Band*” da marca Lucky Strike... sem ter que apresentar nenhum documento de identificação. Dentro da casa de shows havia “*banders* com o slogan da Lucky Strike para o evento” ... Desandre relatou que, enquanto estava preenchendo um formulário para ganhar um CD grátis, uma pessoa do *staff* da Lucky Strike “me deu um maço de cigarros Lucky Strike... ela não me perguntou se eu tinha 21 anos ou se fumava. Ela também não pediu minha identidade. Tampouco para Beth Crehan perguntaram se tinha 21 anos ou se fumava, nem pediram sua identidade.”<sup>175</sup>

**3136.** Os Réus patrocinam eventos automotivos televisionados com grande apelo junto aos jovens. Resultado disso é que os milhões de jovens que assistem a esses eventos são expostos às imagens do *marketing* dos cigarros produzidos pelos Réus.

**3141.** Desonestamente, os Réus negam que a exposição televisiva que suas marcas acumulam seja o motivo para o patrocínio ininterrupto das corridas. A RJR, por exemplo, afirma ... que “a exposição no rádio e na TV não é uma motivação para a Reynolds decidir se patrocina um evento ou um dos veículos participantes.”<sup>176</sup> Entretanto, Susan Ivey, Presidente e CEO da Reynolds American, reconheceu que um dos benefícios do patrocínio de eventos esportivos televisionados é a exposição das marcas na televisão.<sup>177</sup>

**3154.** Uma pesquisa do Instituto Gallup, de 1992, revela que quase metade dos adolescentes fumantes e

um quarto dos não-fumantes tinham recebido itens promocionais das empresas tabagistas.<sup>178</sup>

## **6. Os programas de prevenção do tabagismo entre os jovens, desenvolvidos pelos Réus, não são planejados para serem eficazes**

**3184.** Documentos internos sugerem que os Réus desenvolveram seus programas [de prevenção do tabagismo entre os jovens] mais como ações de relações públicas, que para serem eficazes na prevenção do tabagismo.<sup>179</sup>

### **3185. Segundo consta de um documento da Philip Morris de 1995:**

Se não fizermos algo rapidamente para projetar um senso de responsabilidade da indústria com relação à questão do acesso dos jovens, estaremos enfrentando severas restrições às ações de *marketing* em muito pouco tempo. Essas restrições irão abrir caminho para leis ou regulamentações igualmente severas sobre onde os adultos poderão fumar.<sup>180</sup>

## **7. Apesar das esmagadoras provas em contrário, as declarações públicas e as políticas corporativas oficiais dos Réus negam que suas ações de *marketing* visem os jovens ou que afetem a incidência do tabagismo entre eles**

**a. Os Réus alegam que dirigem suas ações de *marketing* apenas para pessoas com mais de 21 anos.**

**b. Os Réus negam que seu *marketing* influencie a iniciação dos jovens no tabagismo; as explicações para suas práticas de *marketing* não são críveis.**

**3219.** No dia 20 de outubro de 1983, durante o programa 20/20 da cadeia de televisão ABC, Ann Browder, porta-voz do *Tobacco Institute*, ... declarou, em rede nacional, que:

Os fabricantes de cigarro não têm interesse de ampliar seus negócios através dos jovens... Nossos negócios têm ido muito bem, obrigado, há um bom tempo, sem que precisemos atrair a garotada. Fazemos todo o possível para desestimular o fumo na adolescência.<sup>181</sup>

**3230.** O *Tobacco Institute* divulgou um *press release*, na data de 24 de maio de 1990, ... [que] citava Charles O. Whitley [do *Tobacco Institute*]: “Não conheço nenhuma outra indústria nos Estados Unidos que tenha tomado, voluntariamente, medidas tão diretas para afastar seus produtos das pessoas jovens.”<sup>182</sup>

**3233.** Em 22 de dezembro de 1990, [Brennan Dawson, Vice-Presidente de Relações Públicas do *Tobacco Institute*], falou a alguns repórteres que: “Se uma criança nunca mais tocar em um cigarro, a indústria tabagista ficará contente.”<sup>183</sup>

**3264.** Em 2001, Steven C. Watson, Vice-Presidente de Relações Públicas da Lorillard, foi responsável pela divulgação de um *press release*, declarando que “a Lorillard Tobacco Company nunca dirigiu ações de *marketing* ou vendeu seus produtos para os jovens.”<sup>184</sup>

**3286.** Joan F. Cockerham, funcionária do Departamento de Relações Públicas da RJR, declarou, em 18 de setembro de 1990, que:

Nossa intenção com essa campanha, assim como com toda nossa propaganda, é atingir apenas os fumantes adultos. Não teríamos lançado a atual campanha da Camel se achássemos que teria apelo para qualquer outro grupo... Nossa propaganda dirige-se aos fumantes adultos e não a pessoas mais jovens.<sup>185</sup>

## **8. Conclusões**

**3296.** As provas são claras e convincentes – e além de qualquer dúvida razoável – de que os Réus esforçavam-se por vender seus produtos para jovens com menos de 21 anos, enquanto, constante e desonestamente, negavam em público tais práticas.<sup>186</sup>

**3297.** Em resposta à montanha de provas em contrariedade, os Réus alegam que todos os bilhões de dólares que gastam promovendo o *marketing* dos cigarros servem ao objetivo primordial de reter consumidores leais (“fidelidade à marca”) e ao objetivo secundário de incentivar os fumantes a trocar de marca.<sup>187</sup>

**3298.** As atividades de *marketing* dos Réus visam atrair para o mercado novos fumantes, de preferência jovens e com longa perspectiva de vida, que possam substituir os consumidores que morrem (em grande

parte por causa de doenças causadas pelo tabaco) ou param de fumar... Os Réus usaram de seus conhecimentos sobre o público jovem para criar campanhas de *marketing* altamente sofisticadas e atraentes, com o objetivo de seduzi-los para que começassem a fumar, assim tornando-se viciados em nicotina.<sup>188</sup>

**3301.** Os Réus gastaram, todos os anos, bilhões de dólares com atividades de *marketing*, procurando incentivar pessoas jovens a experimentar e a continuar comprando

seus cigarros, assim tornando-se os fumantes substitutos de que necessitam para sua sobrevivência. Os investimentos feitos pelos Réus em promoção e propaganda de cigarros aumentaram dramaticamente nas últimas décadas, em particular desde a assinatura do MSA.<sup>189</sup>

**3302.** Mesmo em face dessas evidências, os Réus negaram, repetidas vezes e com grande pose de moralistas, ter dirigido ações de vendas e *marketing* para os jovens.

# Tabagismo Passivo

**Os réus negam em público o que reconhecem internamente: que o tabagismo passivo é perigoso para os não-fumantes**

## Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler explica como as provas demonstram que os Réus sabiam, há muito tempo, que o tabagismo passivo, ou Poluição Tabagística Ambiental (PTA), é perigoso para os não-fumantes e que perceberam o quanto essa informação poderia afetar a lucratividade da indústria tabagista. A Juíza Kessler descreve como os Réus, após se comprometerem a apoiar estudos objetivos sobre a questão, tomaram medidas para solapar as pesquisas independentes, financiar estudos favoráveis à sua indústria e para abafar e depreciar os resultados de pesquisas desfavoráveis. A Juíza Kessler enfatiza que as provas demonstram que os Réus continuam a negar o quanto o fumo passivo coloca em risco os não-fumantes.

## 1. Introdução

**3303.** Na década de 1970, começaram a acumular-se evidências científicas sugerindo que a exposição à fumaça do cigarro era perigosa para os não-fumantes; órgãos ligados à saúde pública começaram a alertar para os riscos potenciais para a saúde, tanto dos adultos como das crianças. Temendo regulamentações governamentais que restringissem o fumo em lugares públicos e sentindo uma diminuição da aceitação social do tabagismo, os Réus viram-se frente a frente com uma séria ameaça a seus lucros.

**3304.** Em 1974, o presidente do *Tobacco Institute*, Horace Kornegay, alertou que as restrições ao fumo não apenas impactavam as vendas, mas também “poderiam levar, virtualmente, à eliminação do cigarro.”<sup>190</sup> O CEO da Reynolds, Ed Horrigan, escreveu aos executivos da Lorillard em 1982: “Nós todos sabemos que a maior ameaça à nossa indústria é, provavelmente, a questão do fumo passivo.”<sup>191</sup> Um documento [da British American Tobacco (Investments) Ltd. (BATCo)] de 1986 afirmava que: “A indústria mundial do tabaco” vê a questão do tabagismo passivo como a mais séria ameaça a todo o seu negócio.”<sup>192</sup> Bill Murray, Vice-Presidente da Philip Morris Companies, foi avisado em 1987: “A situação não poderia ser pior. As vendas estão caindo, e não por causa dos impostos ou aumentos de preços. A PTA (Poluição Tabagística Am-

biental) é a conexão entre fumantes e não-fumantes e, assim, tornou-se a arma mais letal dos antis [ativistas anti-tabagismo].”<sup>193</sup>

**3305.** Em resposta a isso, os Réus elaboraram e implantaram uma extensa estratégia para solapar e deturpar as evidências de que o tabagismo passivo apresenta riscos para a saúde. Suas iniciativas e comunicados públicos sobre o fumo passivo visavam confundir a população, deturpar resultados científicos, evitar que as agências governamentais fizessem descobertas desfavoráveis ao tabagismo e adiar as restrições ao fumo em ambientes fechados. A conduta dos Réus com relação ao tabagismo passivo continua a mesma até hoje, pois nenhum deles admite publicamente que a exposição passiva à fumaça do cigarro cause doenças ou outros efeitos nocivos à saúde.

## 2. Para a comunidade de saúde pública, há um consenso de que a PTA causa doenças aos não-fumantes

## 3. Internamente, os Réus reconheceram que a PTA é um perigo para os não-fumantes

**3362.** Os Réus reconheciam que a fumaça ambiental do cigarro contém altas concentrações de carcinógenos e de outros agentes prejudiciais. Reconheciam,



**Os Réus reconheciam que a fumaça ambiental contém altas concentrações de carcinógenos e de outros agentes prejudiciais.**

também, que as pesquisas conduzidas pela comunidade da saúde pública, demonstrando que a PTA causa doenças, constituíam prova convincente dos malefícios do tabagismo passivo, podendo se tornar desfavoráveis para sua posição. Mas, o mais importante é que pesquisas financiadas pelos próprios Réus forneciam evidências confirmatórias dos alertas das autoridades da saúde pública sobre os riscos da exposição à fumaça do cigarro para a saúde dos não-fumantes.

#### **4. Internamente, os Réus expressavam sua preocupação com o acúmulo de evidências sobre a PTA, que constituía grave ameaça a sua indústria**

**3413.** Em 31 de janeiro de 1974, durante o encontro anual do *Tobacco Institute* em Nova York, seu presidente, Horace Kornegay, mostrou o crescimento gradual das restrições ao fumo em ambientes fechados, afirmando que isso não apenas impactava as vendas, mas também “poderia levar à virtual eliminação do consumo de cigarros.”<sup>194</sup>

**3415.** No entender da empresa BATCo, a questão do tabagismo passivo poderia não só levar ao aumento das restrições ao fumo, como ameaçava reduzir o número de novos fumantes. Sem eles, a própria sobrevivência da indústria estaria em risco. Documentos da Austrália, Estados Unidos, Canadá e Alemanha, apresentados numa conferência de 1976 em Hot Springs, enfatizam que o possível “repúdio social” provocado pelos riscos à saúde dos não-fumantes “ameaça diminuir a confiança dos fumantes e dissuadir mais pessoas de desenvolver o hábito.”<sup>195</sup>

**3421.** Um memorando do planejamento estratégico da Philip Morris de 1987 afirma, com relação à “acei-

tação social”, que “os efeitos da PTA sobre os outros é hoje a mais poderosa arma anti-tabagismo usada contra a indústria.”<sup>196</sup>

**3423.** Em junho de 1987, a Philip Morris realizou uma conferência chamada de “Operação *Downunder*” [uma reunião de um pequeno grupo de executivos em Hilton Head Island, South Carolina] ... com o objetivo de formular uma estratégia global para lidar com o tabagismo passivo. John Rupp, da Covington & Burling [conselheiros legais da Philip Morris], disse ao grupo que a indústria estava “em maus lençóis”, por causa dos relatórios de 1986\* e do seu “sério problema de credibilidade”.<sup>197</sup>

**3427.** O impacto das restrições ao fumo sobre as vendas de cigarros foi tão substancial que, em janeiro de 1992, a Philip Morris passou a medir esse impacto sobre as vendas passadas e a projetar o futuro impacto sobre o faturamento das possíveis restrições do fumo nos locais de trabalho. Tais restrições seriam devidas à crescente preocupação do público com os impactos significativos do fumo passivo sobre os não-fumantes.<sup>198</sup>

#### **5. Os réus comprometeram-se publicamente a apoiar pesquisas independentes sobre a conexão entre a PTA e doenças**

**3434.** Essas promessas tinham a intenção de enganar o público americano, fazendo crer que não havia riscos associados com o tabagismo passivo e que os Réus financiariam pesquisas objetivas para encontrar as respostas definitivas. Em vez disso, o que se verificou nas décadas seguintes foram ações dos Réus no sentido de solapar as pesquisas independentes, de financiar estudos por eles planejados e controlados para gerar resultados favoráveis à indústria tabagista e a omissão dos resultados desfavoráveis.

\* Nota do *Tobacco Control Legal Consortium*: Os “relatórios de 1986” referidos acima são três relatórios científicos reconhecendo as conseqüências nocivas à saúde da exposição ao fumo passivo nos seres humanos: (1) o Relatório do *Surgeon General* de 1986; (2) o relatório do *National Research Council of the National Academy of Sciences* de 1986, intitulado “*Environmental Tobacco Smoke, Measuring Exposures and Assessing Health Effects*”; e (3) o relatório da *International Agency for Research on Cancer* (IARC) da Organização Mundial da Saúde, intitulado “*Tobacco Smoking*”, parte da série “*Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risk of Chemicals to Humans*.” Os relatórios são discutidos nas páginas 1223-1225 da decisão.



Os “dois objetivos principais” da Operação *Downunder* eram “derrotar ou afrouxar todas as restrições ao fumo” e “tornar mais lento o repúdio social do tabagismo.”

Sam Chicolte, em 3 de fevereiro de 1988, na reunião do Comitê de Comunicação do *Tobacco Institute*

## 6. Os Réus fizeram esforços conjuntos para minar e desacreditar o consenso científico de que a PTA causa doenças

3435. Desde meados da década de 70, os Réus tinham consciência de que os efeitos do fumo passivo sobre a saúde constituíam uma profunda ameaça para a viabilidade da indústria e para os lucros do cigarro, por causa (1) do crescente número de restrições ao fumo; (2) da crescente rejeição social do tabagismo; e (3) da redução do número de novos fumantes. Esse conhecimento resultou em uma ação conjunta, em todo o mundo, dos Réus e de outros membros da indústria, para fazer frente à ameaça do tabagismo passivo.

3493. Em 3 de fevereiro de 1988, durante uma reunião do Comitê de Comunicação do *Tobacco Institute*, Sam Chilcote [então Presidente do *Tobacco Institute*] informou ao Comitê Executivo que sua tarefa seria “levar adiante um esforço intenso e abrangente” para lidar com a ameaça da PTA. Os “dois objetivos principais” da Operação *Downunder* eram “derrotar ou afrouxar todas as restrições ao fumo” e “tornar mais lento o repúdio social do tabagismo.” Esses objetivos deveriam ser atingidos por meio, entre outros, do financiamento do Center for Indoor Air Research [(CIAR)] (Centro para Pesquisas sobre o Ar em Ambientes Fechados), de “eventos para a mídia” e de “mais *experts*.”<sup>199</sup>

3523. Desde 1988, até sua dissolução – exigida pelo *Master Settlement Agreement* (MSA)\* – em 1999, o

CIAR financiou mais de 150 projetos, desenvolvidos por mais de 75 instituições, que resultaram em cerca de 250 publicações acadêmicas.<sup>200</sup> O investimento total em pesquisas pelo CIAR passou de US\$ 60.000.000.<sup>201</sup>

3539. Fica claro que, apesar de ser publicamente anunciado como entidade científica independente, organizada para apoiar projetos de pesquisa sobre o ar em ambientes fechados, o CIAR e seus recursos financeiros eram controlados pela indústria tabagista. Os projetos desenvolvidos tinham como objetivo desenvolver conhecimentos científicos favoráveis à indústria e treinar *experts* que pudessem servir como potenciais testemunhas.

3565. Uma das exigências do *Master Settlement Agreement* (MAS) ... era de que os Réus encerrassem as atividades do CIAR, dentro de 45 dias da sua “Aprovação Final”. Mesmo tendo sido assinado pelas partes em novembro de 1998, a “Aprovação Final” do MSA pelos Estados envolvidos não aconteceu até cerca de um ano mais tarde.<sup>202</sup>

3567. Entre a assinatura do MSA em novembro de 1998 e a dissolução do CIAR em dezembro de 1999, os Réus continuaram com o financiamento de pesquisas, tanto novas como correntes, na casa dos milhões de dólares. Em fevereiro de 1999, apenas, a Diretoria do CIAR aprovou uma verba de mais de US\$3,5 milhões para novas pesquisas.<sup>203</sup>

3568. Como exemplo da continuação das atividades do CIAR, em 2000 foi publicada a segunda edição dos textos de Roger Jenkins, consultor da PTA, tendo Max Eisenberg [antigo Diretor Executivo do CIAR] como editor. A publicação, intitulada “*The Chemistry of En-*

\* N.T. O *Master Settlement Agreement* foi o maior acordo obtido em uma Ação Cível nos Estados Unidos, pelo qual as empresas de tabaco concordaram em mudar seus métodos de propaganda e *marketing*, ressarcir estados americanos das despesas médicas com o tratamento de fumantes, financiar campanhas anti-tabagismo e revelar documentos secretos da indústria.



Um dos objetivos ... era simplesmente “manter acesa a controvérsia”, renovando os ataques ao consenso científico de que a PTA constitui um perigo para a saúde.

*vironmental Tobacco Smoke: Composition and Measurement*” (Química da Poluição Tabagística Ambiental: Composição e Medições), continua a questionar os conhecidos efeitos sobre a saúde do tabagismo passivo e a minimizar seu papel como agente poluidor do ar em ambientes fechados. Na introdução do livro, Jenkins afirma que: (1) “O grau em que a exposição à PTA passa a representar risco para a saúde permanece um ponto controverso”; e (2) “A contribuição da PTA para a concentração de agentes poluidores no ar dos ambientes fechados comuns é muito menor do que a que fica muitas vezes implicada, quando se incluem os valores extremos nas amplitudes dos dados tabulados.”<sup>204</sup>

**3601.** O Programa de Consultoria sobre PTA era uma rede global de consultores e organizações, recrutados para falar em nome da indústria com o fim de influenciar a opinião pública, os agentes do governo e os cientistas... Os Réus criaram esse programa para atacar e desacreditar o consenso científico e suas evidências de base – aquelas que demonstram que o tabagismo passivo é um perigo para a saúde.

**3602.** Um dos objetivos da criação e implementação do Programa de Consultoria sobre PTA era simplesmente “manter acesa a controvérsia”, renovando os ataques ao consenso científico de que a PTA constitui um perigo para a saúde.<sup>205</sup>

**3635.** Recrutando e treinando consultores em todo o mundo, os Réus criaram um quadro de consultores aparentemente independentes para dar suporte à posição da indústria com relação ao fumo passivo, e para criar a impressão de que havia uma legítima controvérsia entre cientistas independentes. O esforço global de criar e gerenciar esse programa exigiu uma intensa coordenação entre as empresas e seus conselheiros legais.

**3642.** Com esse programa de consultoria, a indústria do tabaco obteve sucesso em atingir “a opinião pública, a comunidade científica e o governo”.<sup>206</sup> Nas palavras de Kendrick Wells [conselheiro da Brown & Williamson (B&W)]: “O trabalho do grupo de consultores é essencialmente um programa de relações públicas, e não um trabalho científico.”<sup>207</sup>

## **7. Os Réus fizeram declarações públicas falsas e enganosas, negando os perigos da PTA para os não-fumantes**

## **8. Os Réus continuam a encobrir o fato de que a PTA é um perigo para os não-fumantes**

**3829.** Durante esse litígio, os Réus negaram que a PTA cause doenças em não-fumantes.<sup>208</sup>

**3830.** A Reynolds continua a negar pública e abertamente que o tabagismo passivo cause doenças e outros malefícios à saúde dos não-fumantes. Em seu *website*, a empresa mantém “que ainda há dúvidas científicas legítimas com relação aos riscos atribuídos ao tabagismo passivo.” E vai além, afirmando que:

Considerando-se todas as evidências, parece improvável, em nossa opinião, que o tabagismo passivo prejudique significativamente os adultos não-fumantes saudáveis, dadas as baixíssimas concentrações normalmente encontradas em residências, escritórios e outros locais onde o fumo é permitido. Reconhecemos que a exposição a altas concentrações de fumaça tabagística ambiental possa causar irritações temporárias, como ardência nos olhos e mesmo tosse e chiados em alguns adultos. Além disso, há provas de que o fumo passivo, assim como outros fatores irritantes dispersos no ar, ou substâncias alergênicas como pólen e poeira, podem deflagrar ataques em pessoas asmáticas.<sup>209</sup>

Mary Ward, advogada empregada pela Reynolds até 2004, testemunhou que a posição da empresa com relação ao tabagismo passivo não havia mudado desde sua admissão em 1985, exceto quando a Reynolds admitiu que a PTA “poderia deflagrar ataques em asmáticos”.<sup>210</sup>

**3834.** A B&W também continua a negar publicamente que o fumo passivo cause doenças ou outros efeitos nocivos à saúde dos não-fumantes. Em 2003, no *we-*

bsite da empresa, lia-se: “Em nosso ponto de vista, as provas científicas não são suficientes para estabelecer a fumaça tabagística ambiental como causa do câncer de pulmão, doenças cardiovasculares ou outros males crônicos.”<sup>211</sup>

3835. A BATCo continua com o questionamento em público de que o tabagismo passivo cause doenças ou outros males à saúde dos não-fumantes, sejam eles adultos ou crianças. Seu *website* afirma que a PTA pode ser “desagradável”, mas nega que apresente qualquer risco:

Acreditamos, porém, que a alegação de que a exposição à PTA tenha sido comprovada como causa de doenças crônicas não tenha suporte nos conhecimentos científicos desenvolvidos nos últimos 20 anos. Em nosso ver, não ficou definitivamente estabelecido que a exposição dos não-fumantes à PTA aumente o risco real de desenvolverem câncer de pulmão, doenças cardiovasculares ou uma doença pulmonar obstrutiva crônica.<sup>212</sup>

3838. Em 2002, a BATCo publicou o relatório intitulado “*British American Tobacco Social Report 2001/2002*”, onde afirmava:

Existe ainda controvérsia com relação à Poluição Tabagística Ambiental (PTA), também conhecida como tabagismo passivo. Alguns dizem que oferece riscos à saúde e outros, como nós, que não há provas convincentes de que a PTA cause doenças crônicas como o câncer de pulmão.<sup>213</sup>

3847. A Philip Morris criou uma organização, o Programa Philip Morris de Pesquisa Independente (PMERP, em inglês), para continuar os estudos científicos desenvolvidos pelo CIAR.

3848. O MSA, assinado por representantes de alguns dos Réus em 23 de novembro de 1998, exigia o encerramento das atividades do CIAR.<sup>214</sup> Eisenberg, seu di-

retor executivo, dissolveu formalmente a organização em 6 de dezembro de 1999.<sup>215</sup>

**“Considerando-se todas as evidências, parece improvável, em nossa opinião, que o tabagismo passivo prejudique significativamente os adultos não-fumantes saudáveis, dadas as baixíssimas concentrações normalmente encontradas em residências, escritórios e outros locais onde o fumo é permitido.”**

Website da R.J.Reynolds

3851. A Philip Morris montou o PMERP no começo de 2000, usando os mesmos escritórios em Linthicum, Maryland, que antes abrigavam o CIAR. Muitos dos funcionários tinham antes sido empregados pelo CIAR, até os números de telefone eram os mesmos. O PMERP é administrado por um grupo, o *Research Management Group* (RMG), voltado exclusivamente para o gerenciamento deste programa.<sup>216</sup> Seu principal executivo é Max Eisenberg, o antigo Diretor-Executivo do CIAR.<sup>217</sup>

3852. Dentre os 105 pareceristas listados pela PMERP como candidatos a financiamento em 2000, 44 foram selecionados da lista de pareceristas do CIAR em 1998.<sup>218</sup> Além disso, 53 dos pareceristas haviam recebido ajuda financeira do CIAR.<sup>219</sup> Muitos dos pesquisadores financiados através do CIAR continuaram a receber ajuda financeira do PMERP.<sup>220</sup>

## 9. Conclusões

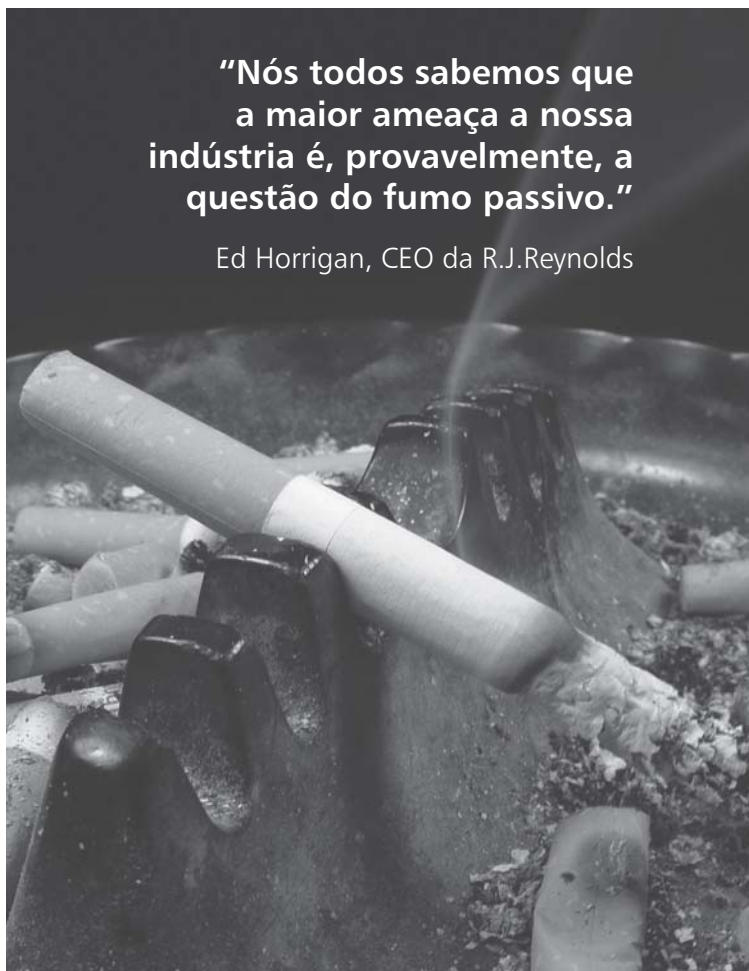
3859. Os cientistas têm se preocupado com os efeitos da poluição tabagística ambiental sobre a saúde desde, pelo menos, o final da década de 1960, após a divulgação do Relatório sobre Tabagismo e Saúde do *Surgeon General*. Entretanto, só em 1986 estabeleceu-se o consenso científico sobre os riscos da PTA para os não-fumantes (bebês e crianças pequenas, principalmente) e fumantes, que também inalam a fumaça secundária da queima do cigarro, que é um dos componentes da PTA.

3860. Significativamente, os Réus estavam bem conscientes e preocupados com essa questão desde 1961, quando um cientista da Philip Morris revelou em seu artigo que 84% da fumaça do cigarro compõe-se de fumaça secundária, a qual contém substâncias cancerígenas. Logo os Réus perceberam a forte possibilidade de que a PTA representava um sério perigo para



**“Nós todos sabemos que a maior ameaça a nossa indústria é, provavelmente, a questão do fumo passivo.”**

Ed Horrigan, CEO da R.J.Reynolds



a saúde dos fumantes; os Réus também entenderam as ramificações financeiras de tal conclusão. Em 1974, o presidente do *Tobacco Institute*, Horace Kornegay, reconheceu que as restrições do fumo em ambientes fechados como forma de lidar com a questão do tabagismo passivo, “poderiam levar à virtual eliminação do cigarro”. Em 1980, o CEO da R.J.Reynolds, Ed Horrigan, afirmou: “Nós todos sabemos que a maior ameaça a nossa indústria é, provavelmente, a questão do fumo passivo.” Um relatório dos anos 90 da Philip Morris identificou “a aceitação social do hábito

de fumar [como] a questão mais crítica que nossa indústria enfrenta hoje... Os ataques à aceitação são quase todos baseados em alegações de que a PTA pode causar doenças na população exposta.”

**3861.** Mesmo que seus próprios cientistas estivessem cada vez mais convencidos da solidez das pesquisas demonstrando os perigos da PTA para os não-fumantes, os Réus montaram um esforço global, abrangente e coordenado, para minar e desacreditar essas pesquisas. Investiram recursos e dinheiro para estabelecer uma rede de organizações interligadas. Identificaram, treinaram e subsidiaram cientistas “favoráveis” por meio de seu *Global Consultancy Program* e patrocinaram simpósios em todo o mundo, como Viena, Tóquio, Bermudas e Canadá, onde esses cientistas “favoráveis” se apresentavam, sem revelar suas substanciais relações financeiras com os Réus. Conduziram uma campanha monumental de relações públicas, tanto nos EUA como em nível global, para criticar e desdenhar os relatórios científicos que demonstravam os perigos da PTA para a saúde dos fumantes e não-fumantes.

**3862.** Os Réus continuam a negar o quanto a PTA pode ser prejudicial para os fumantes e não-fumantes. Alguns Réus, como BATCo, R.J.Reynolds e Lorillard, simplesmente negam que o fumo passivo cause doenças e outros efeitos adversos; alguns, como a Brown & Williamson, alegam que se trata de uma “questão ainda em aberto”; e outros, como a Philip Morris, dizem que não tomam posição e sugerem que o público siga as recomendações das autoridades da saúde pública. Até hoje, nenhum dos Réus reconhece totalmente a existência do perigo.

# Supressão de Informações

**Em várias ocasiões, os Réus tentaram - e conseguiram – suprimir e esconder pesquisas científicas, bem como destruir documentos relevantes para sua posição perante o público e para a defesa em processos judiciais**

## Sumário

Nessa seção da sentença judicial, a Juíza Kessler discute as provas de como, por mais de cinquenta anos, os Réus tentaram proteger-se contra litígios e regulamentações por meio de (1) supressão e ocultação de pesquisas científicas, (2) destruição de documentos e (3) uso de instrumentos legais e de confidencialidade para evitar que outros documentos viessem a público. A Juíza Kessler explica que o fato de os Réus terem destruído documentos tornou impossível saber quais materiais existiram.

**3863.** Os Réus tentaram, e por vezes conseguiram, evitar que fossem feitas pesquisas, interromper estudos em curso, ocultar pesquisas existentes e destruir documentos comprometedores. Tudo isso era feito com o propósito de proteger sua posição quanto às questões de tabagismo e saúde perante o público, de prevenir limitações regulatórias à indústria do cigarro e para evitar ou limitar a possibilidade de serem responsabilizados em litígios judiciais envolvendo tabagismo e saúde.

**3864.** As evidências mostrando a supressão de pesquisas e a destruição de documentos, por parte dos Réus, compõem-se de eventos sem um padrão único, que muitas vezes não parecem ter ligações entre si. Os Réus alegam que esses fatos, na sua maioria inquestionáveis, não passam de uma série de acontecimentos isolados que não provam nada. A explicação não procede. As evidências indicam claramente que, em um número significativo de ocasiões, os Réus de fato suprimiram pesquisas e destruíram documentos, com o intuito de proteger a si mesmos e a sua indústria. A ausência de provas adicionais devido aos esforços bem-sucedidos dos Réus de suprimir, ocultar e destruir materiais que refletiriam negativamente em seus interesses corporativos não justifica ignorar as evidências que existem de fato. Além disso, é bastante improvável encontrar provas nos casos em que os Réus tiveram êxito em suprimir, ocultar e destruir materiais, já que estes não mais existem. Ao destruir evidências,

os Réus tornaram virtualmente impossível saber quais materiais existiam antes de seu desaparecimento.

## 1. Supressão e ocultação de pesquisas científicas

**3866.** Em 1978, Sheldon Sommers, Presidente do Conselho Consultivo Científico [do *Council for Tobacco Research (CTR)*],... manifestou a William Gardner, Diretor Científico do CTR, sua preocupação de que as pesquisas sobre tabaco desenvolvidas pelo CTR estavam sendo controladas pelos advogados [do CTR], com base apenas em considerações jurídicas. Nas palavras de Sommers: “Acho que o CTR deveria ser renomeado Conselho para Pesquisas sobre Tabaco Legalmente Permitidas.” Realmente, o controle dos juristas sobre o CTR havia tornado-se tão amplo que Sommers conclui que “após refletir muito, acho que a hora de encerrar minha conexão com o CTR está próxima.”<sup>221</sup>

**3887.** Após a conferência em Vancouver, os executivos da British American Tobacco (BAT) estavam preocupados com a possibilidade de que as afirmações dos cientistas iriam contradizer suas declarações públicas e as posições legais tomadas pela empresa. Em vista disso, Patrick Sheehy, então Presidente do Conselho e CEO da BAT Industries, ordenou aos advogados da empresa que organizassem uma reunião com os cien-



**“...essa falta de transparência na relação entre P&D e o Deptº. Jurídico tem levantado questões éticas perturbadoras para mim ...”**

Richard Binns, antigo Gerente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da BATCo

tistas para “estabelecer um método para reportar resultados de pesquisas em encontros científicos e para manejar pesquisas científicas no futuro.”<sup>222</sup>

**3891.** Como sugerido durante essa reunião, a BAT passou a ministrar, para todos os cientistas da empresa, uma série de treinamentos obrigatórios sobre como criar e redigir documentos. “As sessões de treinamento eram chamadas de ‘seminários sobre redação cuidadosa’; na Brown & Williamson eram conduzidas por advogados, em especial do escritório Shook, Hardy & Bacon.”<sup>223</sup> Durante os seminários, os cientistas eram instruídos pelos advogados sobre “como “maquiar” os documentos que criavam.”<sup>224</sup> Os cientistas eram treinados a “evitar documentos contendo termos e tópicos controversos.” Esses termos incluíam palavras como “mais seguro”, “vício”, “doenças” e “câncer”.<sup>225</sup>

**3897.** A empresa Brown & Williamson [(B & W)] ... suprimiu diversas pesquisas científicas, principalmente por causa da supervisão e revisão dos advogados. Em agosto de 1980, Kendrick Wells, então conselheiro corporativo da B&W, listou em um memorando as várias correções necessárias, antes que o Dr. Linoel Blackman, cientista da BAT, pudesse publicar seu artigo “*Change of Stance on Public Smoking and Health*” (Mudança de Atitude quanto ao Fumo em Lugares Públicos e Saúde). Justificando as revisões, Wells argumentava:

Uma boa defesa em processos de responsabilidade civil do produto e nossa oposição a leis desfavoráveis nos Estados Unidos dependem de dois argumentos essenciais: (1) As evidências científicas não demonstram o nexos causal entre o tabagismo e a saúde e (2) o fumante as-

sume voluntariamente os riscos já conhecidos relacionados ao tabagismo.

Se um fabricante de cigarros admitisse a acusação de que o cigarro causa doenças nos seres humanos, ou aceitasse uma contradição ao princípio de livre arbítrio do fumante, isto poderia prejudicar ou destruir a defesa da B&W em processos judiciais e sua oposição aos ataques dos legisladores. Isso se aplicaria, mesmo no caso em que as afirmações fossem feitas pela própria BAT.<sup>226</sup>

O artigo “*Change of Stance on Smoking and Health*”, tal como originalmente redigido pelo Dr. Blackman, nunca foi publicado.<sup>227</sup>

**3905.** Richard Binns, antigo Gerente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da BATCo em Southampton, queixava-se do crescente papel dos advogados no trabalho científico da BATCo:

Eles me pedem para fazer mudanças significativas, às vezes imensas, nos documentos produzidos recentemente pela equipe de P&D. Sugerem que eu encontre “explicações gerenciais” para as mudanças, sem fazer referência ao envolvimento do Departamento Jurídico. Eu acho impossível fazer isso. Os profissionais seniores de P&D não são tão fáceis de enganar. Pessoalmente, não me sinto confortável mentindo para minha equipe por razões duvidosas. Assim, essa falta de transparência na relação entre P&D e o Deptº. Jurídico tem levantado questões éticas perturbadoras para mim, ainda mais quando vão além desta específica situação presente.<sup>228</sup>

**3907.** A Philip Morris suprimiu e ocultou várias documentações de pesquisas científicas, chegando, inclusive, a enviá-las para filiais em outros países, a fim de evitar a revelação desses documentos em processos judiciais e procedimentos regulatórios federais.

**3909.** A Philip Morris, de fato, comprou a INBIFO [uma filial sua no estrangeiro] para conduzir suas pesquisas sobre tabagismo e saúde.

**3913.** Já em 1993, a Philip Morris mantinha um sistema pelo qual a documentação das pesquisas eram “enviadas a Richmond para revisão e [ ] então devolvidas à

INBIFO”, ficando todos os “dados de suporte e documentos ... arquivados na INBIFO”.<sup>229</sup>

**3917.** Victor DeNoble, antigo Cientista-Associado Sênior da Philip Morris, e seu colega Paul Mele conduziram pesquisas em ratos, demonstrando que a nicotina provocava auto-administração e tolerância induzida; inicialmente, receberam aprovação da Philip Morris para publicar seus resultados de pesquisa. Entretanto, após a apresentação dos resultados para a alta gerência da empresa em Nova York, essa permissão foi retirada.<sup>230</sup> DeNoble comentou que para ele ficou claro, graças a um comentário durante a apresentação, que a gerência sênior da Philip Morris não permitiria que os resultados fossem divulgados. Ross Millhiser, executivo da Philip Morris, declarou: “Por que deveríamos pôr em risco um negócio de bilhões de dólares, por causa de ratos apertando uma alavanca para conseguir nicotina?”<sup>231</sup>

## 2. Política de destruição de documentos

**3929.** Em várias ocasiões, diversos Réus tentaram (e conseguiram) destruir documentos que eram desfavoráveis às suas posições perante a opinião pública e em litígios relacionados com tabagismo e saúde. Enquanto muitos desses esforços faziam parte de políticas institucionais mais amplas e legítimas de retenção de documentos, em outras circunstâncias – como no caso do BAT Group – tinham a clara intenção de tornar indisponíveis materiais impressos que poderiam mostrar-se danosos à posição legal dos Réus em ações judiciais ou inconsistentes com sua postura de relações públicas.

**3950.** Fred Gulson [conselheiro interno da Wills, uma empresa pertencente à BAT Industries] explicou que a Política de Retenção de Documentos de 1985 da empresa era formada por dois componentes: a política oficial, registrada por escrito, mais seu objetivo e aplicação extra-oficiais, que não eram postos no papel, por medo de serem revelados. Referindo-se aos dois componentes distintos da política de gerenciamento de documentação, Gulson depôs que:

O principal objetivo do documento escrito era dar cobertura à destruição efetiva de documen-

“Por que deveríamos pôr em risco um negócio de bilhões de dólares, por causa de ratos apertando uma alavanca para conseguir nicotina?”

Ross Millhiser, executivo da Philip Morris



tos, atribuindo uma justificativa inocente de manutenção de arquivos para a destruição em larga escala de documentos comprometedores. A Política de Retenção de Documentos não era apenas a política oficial em si, mas o conhecimento da corporação de como a política deveria ser aplicada, independentemente do que estava escrito. Minha lembrança da Política de Retenção de Documentos não é do documento escrito, mas vem das explicações que recebi de Nick Cannar, Andrew Foyle [advogado do escritório Lovell, White & King, conselheiros jurídicos da BATCo], Brian Wilson, advogado da Clayton Utz, e de outros, uma vez que o documento escrito era incompleto em termos de descrever os verdadeiros meandros e objetivos da Política de Retenção de Documentos.<sup>232</sup>

Quando recebeu o Memorando Foyle, Gulson enviou-o, seguindo instruções do próprio Foyle, para Brian Wilson, advogado do escritório australiano Clayton Utz, procurando obter respostas para questões levantadas pelo próprio Foyle quanto ao uso e implantação da Política de Retenção de Documentos.<sup>233</sup> Foyle queria que Gulson perguntasse diretamente a Wilson por quê:

Havia sérias preocupações, dentro da BATCo, de que a Política de Retenção de Documentos da Wills pudesse deixar o BAT Group vulnerável. Foyle estava tentando encontrar o equilíbrio correto entre destruir mais documentos, dessa forma arriscando uma inferência negativa contra as empresas, e não destruir mais documentos, arriscando sua divulgação e uso em litígios contra as empresas.<sup>234</sup>

**Foyle também escreveu:**

Pensando nesse caso, suponhamos que, ao longo do tempo, a Wills tenha recebido cópias de muitos dos documentos sensíveis gerados pela BATCo, mas que a maioria deles (com exceção dos relatórios de pesquisas) tenha sido destruída como resultado da política de retenção [de 1985]. Pode-se assumir também que vários funcionários da Wills tenham conhecimento detalhado dos assuntos a que muitos dos documentos sensíveis se referiam.<sup>235</sup>

**3981.** Como parte dos procedimentos para ocultar informações e reduzir sua exposição a processos judiciais, a BATCo procurava reduzir a quantidade de documentos que seus funcionários geravam. Como descrito em seu manual “*Records Management: Creation Retention*” (Gerenciamento de Resultados: Retenção da Criação), a BATCo instruía seus funcionários a usar a regra da “cópia mental”. Segundo essa regra, o funcionário deveria “imaginar que o memorando, nota ou carta que você vai escrever será visto pela pessoa que você menos deseja que o leia.” O empregado, então, deveria “enviar uma ‘cópia mental’ de seu documento para um jornal, um concorrente, uma agência governamental ou um potencial litigante. E então, você ainda escreveria o memorando? Se sim, ainda o redigiria da mesma forma?”<sup>236</sup> O manual ainda recomendava que os funcionários “pensassem antes de escrever” e questionassem “se é realmente preciso estar por escrito para funcionar.”<sup>237</sup>

**3984.** Em 29 de junho de 1992, Sharon (Blackie) Boyse, cientista da BATCo, enviou um fax para Jorge Basso Dastugue, gerente da empresa argentina Nobleza-Piccardo, pertencente à BATCo. O fax incluía uma cotação de preços para a preparação de informações e materiais, pela Healthy Building International (“HBI”), para um programa de relações públicas sobre Qualidade do Ar em Ambientes Fechados, em Buenos Aires. Na primeira página, Boyse instruía Dastugue a manter sob sigilo o envolvimento da HBI:

Muito importante: este é um documento extremamente sensível! A HBI está, no momento, sofrendo cerrada investigação nos EUA sobre suas relações com a indústria. Assim, todas as referências à empresa foram removidas da cotação. **Favor não copiar ou circular este fax, de ne-**

**Muito importante: este é um documento extremamente sensível! A HBI está, no momento, sofrendo cerrada investigação nos EUA sobre suas relações com a indústria. Assim, todas as referências à empresa foram removidas da cotação. Favor não copiar ou circular este fax, de nenhuma forma, e favor destruir a primeira página após a leitura! Sei que parece meio James Bond, mas se trata de uma questão extremamente séria para a HBI.**

Correspondência interna da British American Tobacco (Investments) Ltd., datada de junho de 1992

**nhuma forma, e favor destruir a primeira página após a leitura! Sei que parece meio James Bond, mas se trata de uma questão extremamente séria para a HBI.**<sup>238</sup>

**3997.** Obedecendo aos propósitos da Política, membros do BAT Group destruíram papéis, desviaram documentos de um país ou subsidiária da BAT para outro e apagaram um importante banco de dados sobre litígios, assim que as ações se encerraram, tornando impossível saber quais documentos sequer existiram. Seus funcionários eram constantemente exortados a não colocar as coisas por escrito. Todas essas providências eram tomadas com o objetivo maior de prevenir que evidências pudessem surgir durante os processos judiciais.\*

\* Note o Tribunal que, em 14 de abril de 2004, mais de um ano antes que esta ação fosse julgada, o *Special Master*\* Levie descobriu que o Estado tinha estabelecido um dever *prima facie*, mostrando que o crime de fraude se aplicava, assim derrotando as alegações da BATCo de confidencialidade entre advogado e cliente ou de proteção de produção industrial para o Memorando Foyle. Ele recomendou que o Juiz ordenasse à BATCo a apresentação de uma cópia do Memorando Foyle para o Estado, no prazo de dois dias. R&R #155.

### 3. Uso impróprio de privilégios cliente-advogado e de segredos de produção empresarial

4001. Durante os vários momentos em que havia litígios e atividades regulatórias federais pendentes, os Réus tentaram ocultar irregularmente materiais de pesquisa, alegando confidencialidade entre advogado e cliente e direitos de segredo de produção industrial, com o intuito de evitar a divulgação de informações. Para atingir o objetivo, os advogados dos Réus exerciam um amplo controle sobre as pesquisas científicas conduzidas tanto pelas empresas individuais como em conjunto pela indústria, e com frequência supervisionavam os documentos científicos.

4003. Desde 1965, a B&W e a BATCo começaram a tomar providências no sentido de evitar a divulgação de pesquisas científicas. Tais providências incluíam enviar documentos sobre tabagismo e saúde para subsidiárias fora dos Estados Unidos, de forma a evitar que fossem revelados nas ações judiciais americanas e em trâmites regulatórios.<sup>239</sup> A B&W e a BATCo também tentaram criar confidencialidade ou direitos de segredo de produção industrial irregulares para alguns documentos, por vários meios, que incluíam seu envio ou arquivamento através de escritórios jurídicos e o uso indiscriminado de marcações como “privilegiado e confidencial”, ou outras semelhantes.

4014. Uma carta redigida à mão, atribuída a Richard Binns, antigo Gerente do Centro de Pesquisa & Desenvolvimento do BATCo Group em Southampton, discute a prática da empresa de encaminhar pesquisas científicas para a B&W por meio do advogado Robert Maddox: “Relatório – não mais enviado diretamente para a B&W em jan. Farsa do Maddox. A B&W retirou das listas de circulação (mas tire 2 cópias)”.<sup>240</sup> Outro documento – de um arquivo de Pesquisa &

Desenvolvimento usado por Binns no escritório de Southampton – refere-se à circulação de documentos relativos à B&W e afirma que:

Em geral, durante a investigação Barclay de alguns anos atrás, enviávamos toda a correspondência para E. Pepples assinalada “Confidencial – Advogados Somente”. Hoje, parece que temos um “endereço secreto” para correspondência quase que óbvio. Por que não continuar com o esquema “Confidencial – Advogados Somente”?<sup>241</sup>

**Os Réus suprimiram, ocultaram e cancelaram pesquisas científicas; destruíram documentos, incluindo relatórios e estudos científicos. Repetidas vezes, alegaram intencional e indevidamente confidencialidade ou direitos de segredo de produção industrial para milhares de documentos (e não apenas páginas), de forma a impedir sua revelação para litigantes em processos relacionados com tabagismo e saúde e para as agências regulatórias governamentais, e também para proteger esses documentos do conhecimento público.**

---

Dado que os subseqüentes trâmites da R&R #1555 foram bastante complicados, envolvendo vários recursos à Corte de Apelações, este Juízo não pode constatar se o Estado havia estabelecido a questão central de crime de fraude. Em retrocesso, contanto com o benefício do forte conjunto de depoimentos pessoais e argüidos de várias testemunhas-chave para a Acusação (uma vantagem de que o *Special Master* não dispunha), a Corte conclui que o parecer do *Special Master* sobre essa questão estava eminentemente correto.

\* N.T.: *Special Master* é uma figura jurídica que não existe no Direito Brasileiro. Trata-se de uma espécie de administrador judicial com funções investigativas ou administrativas, apontado por um juiz para tomar certas ações.

Não foram apresentadas provas de que a B&W utilizasse a confidencialidade ou direitos de segredo de produção industrial para os documentos encaminhados por Maddox.

**4020.** Durante os anos 1990, cientistas da Liggett foram instruídos a classificar seus trabalhos como confidenciais e privilegiados, a fim de prevenir sua revelação em ações civis. Como afirmava o Gerente para Assuntos Científicos da Liggett:

Nós adquirimos o hábito de classificar muitos documentos como privilegiados e confidenciais sem pestanejar, era uma coisa normal... Muitos dos documentos que produzíamos, acho, estarão sempre sujeitos a divulgação. E como não sabíamos exatamente de que forma, era quase um procedimento-padrão fazer isso.<sup>242</sup>

#### 4. Conclusões

**4034.** As comprovações dos fatos precedentes demonstram que, durante cerca de cinquenta anos, vários dos Réus, em ocasiões diferentes, agiram de diferentes formas, a fim de manter suas posições públicas

com respeito ao tabagismo e às doenças a ele relacionadas, à dependência da nicotina, à manipulação da nicotina e aos cigarros com baixos teores de alcatrão. Visando proteger-se contra queixas relativas ao tabagismo e questões de saúde em ações judiciais, e a fim de prevenir leis que entendiam como prejudiciais, os Réus suprimiram, ocultaram e cancelaram pesquisas científicas; destruíram documentos, incluindo relatórios e estudos científicos. Repetidas vezes, alegaram intencional e indevidamente confidencialidade ou direitos de segredo de produção industrial para milhares de documentos (e não apenas páginas), de forma a impedir sua revelação para litigantes em processos relacionados com tabagismo e saúde e para as agências regulatórias governamentais, e também para proteger esses documentos do conhecimento público.

**4035.** Mesmo sendo verdade que alguns desses esforços falharam, e que algumas das sofisticadas políticas de “retenção” de documentos tenham sido apenas parcialmente implementadas (quando não-implementadas), permanece o fato de que muitas foram totalmente obedecidas. Como consequência, nunca se poderá conhecer a real extensão das evidências destruídas e perdidas para o conhecimento público.



# Notas Finais

- 1 TLT0960104-0112 at 0104 (US 87047) (Centers for Disease Control and Prevention, *Smoking-Attributable Mortality and Years of Potential Life Lost -- United States, 1994*, MMWR, 46(20) (1997)); VXA1000001-0604 (US 77217) (Thun M., Myers D., Day-Lally C., Namboodiri M., Calle E., Flanders W.D., Adams S., Heath Jr. C., *Age and the Exposure-Response Relationships Between Cigarette Smoking and Premature Death in Cancer Prevention Study II, Chapter 5*, Smoking and Tobacco Control Monograph 8: Changes in Cigarette-Related Disease Risks and Their Implications for Prevention and Control, National Institutes for Health – National Cancer Institute, p. 383-476 (1997)); TLT0930001-0949 (US 88621) (2004 Surgeon General Report).
- 2 VXA1601844-2232 at 1986 (US 64057) (1964 Surgeon General Report); Brandt WD, 31:16-32:1.
- 3 VXA1601844-2232 at 1895-1898 (US 64057) (1964 Surgeon General Report); Brandt WD, 32:2-17; Samet TT, 9/29/04, 01031:13-01033:25.
- 4 2060544267-4274 (US 39010) (Lombard, Herbert L. and Carl R. Doering, *Cancer Studies in Massachusetts: Habits, Characteristics and Environment of Individuals With and Without Cancer*, New England Journal of Medicine, 196.10: 481-487 (1928)); Brandt WD, 33:14-34:13.
- 5 TIMN0145510-5519 (US 62855) (Doll & Hill, *Smoking and Carcinoma*), *supra*; Brandt WD, 42:1-44:2.
- 6 03358234-8235 (US 46459); Brandt WD, 48:1-18. . .
- 7 (no bates) (JD 020447).
- 8 504822847-2852 at 2847-2848, 2850-2852 (US 20735) (emphasis in original); Brandt WD, 96:14-99:4.
- 9 TIMN0072354-2356 at 2354 (US 63576).
- 10 1005038559-8561 at 8559-8560 (US 20189).
- 11 [Bumgarner PD, *Texas v. American Tobacco*, 11/11/86, 35:3-38:18.]
- 12 *Id.* at 63:17-66:15, 68:14-20.
- 13 110315968-5971 (US 26378).
- 14 Huber PD, *Texas v. American Tobacco*, 9/20/97, 41:4-17, 43:21-44:15, 46:6-10, 46:12-24, 47:2-5, 73:12-74:18.
- 15 Huber PD, *Texas v. American Tobacco*, 9/20/97, 99:21-100:2, 100:4-8.
- 16 *Id.* at 101:4-8, 10-21.
- 17 *Id.* at 102:3-17.
- 18 110318156-8157 at 8156, 8157 (US 34974).
- 19 680050983-1001 at 0998 (US 20981).
- 20 500006192-6194 at 6193 (US 47761) . . . .
- 21 1002605545-5564 at 5561-5562 (US 35622); 1000211305-1305 (US 20080).
- 22 TIMN0120602-0603 at 0602 (US 21322).
- 23 TIMN0073990-3992 at 3990 (US 21525).
- 24 TI12431636-1650 at 1638, 1642,1645 (US 62384).
- 25 508466199-6200 at 6199 (US 20813).
- 26 TLT0730001-0850 (US 77011); TLT0730851-1975 (US 77012); Brandt WD, 128:14-131:4; (no bates) (US 20468) (Cimons, Marlene, *Cigarette Chiefs Steadfastly Deny Smoking Kills*, Los Angeles Times, April 15, 1994, at A1.
- 27 [Sandefur PD, *Broin v. Philip Morris*, 7/13/94, 84:22-86:5.]
- 28 Keane WD, 27:11-28:11.



- 29 (no bates) (JD 012645).
- 30 Rowell TT, 3/22/05, 16549:23-16650:15.
- 31 Benowitz WD, 26:3-36:8.
- 32 1000277423-7447 at 7438, 7441 (US 20088).
- 33 1000348671-8751 at 8676, 8708 (US 20097).
- 34 500898255-8257 at 8256 (US 48652).
- 35 100099115-9117 at 9117 (US 20112); Henningfield WD, 88:21-89:10.
- 36 301083820-3835 at 3828-3829 (JE 46579).
- 37 2065128907-8909 at 8908 (US 85281).
- 38 100503495-3506 at 3497, 3505 (US 76168).
- 39 665043966-3966 (US 21485); 776078962-8962 (US 87137).
- 40 00110371-0371 (US 34404).
- 41 503665743-5757 at 5752 (US 50417).
- 42 13 Myron Levin, *Jury Views CEO's "Gummy Bear" Tobacco Deposition: Philip Morris Executive Testifies Cigarettes Aren't Any More Addictive Than Coffee or Candy*, Los Angeles Times, July 18, 1997, at D3; Morgan PD, *Broin v. Phillip Morris, et al.*, 4/17/97, 77:20-78:23.
- 43 970260581-0581 (US 85337).
- 44 *State of Minnesota v. Philip Morris, Inc., et al.*, C1-94-8565, Exhibit No. 2909, 700428854-8856 at 8854 (US 85342).
- 45 [500810940-0941 at 0941 (US 23036).]
- 46 Regulation of Tobacco Products (Part I) Hearings before the Subcommittee on Health and the Environment of the Committee on Energy and Commerce, House of Representatives, 103rd Congress April 14, 1994, 2023195738-5892 at 5780-5781 (US 21990).
- 47 Coggins PD, *United States v. Philip Morris*, 8/16/01, 116:22-117:14.
- 48 Regulation of Tobacco Products (Part I) Hearings before the Subcommittee on Health and the Environment of the Committee on Energy and Commerce, House of Representatives, 103rd Congress April 14, 1994, 2023195738-5892 at 5780-5781 (US 21990).
- 49 TIMN0120729-0730 (US 65625).
- 50 Ivey TT, 11/16/04, 6194:21-6195:5.
- 51 Orłowsky WD, 116:14-117:18.
- 52 Szymanczyk PD, *United States v. Philip Morris, et al.*, 6/13/02, 249:15-254:8, 267:10-270:3.
- 53 Keane TT, 1/18/05, 10457:5-10460:16.
- 54 Keane TT, 1/18/05, 10533:5-10534:4.
- 55 Henningfield WD, 87:10-103:13, 104:14-110:8, 134:23-136:1, 150:14-159:8, 161:23-167:6. *See also* 490010042-0044 at 0043 (US 79285) (presenting "Addiction Statement," prepared by Shook, Hardy & Bacon, deciding the company's position must be that smoking is not addictive and that, "Statements in company documents cannot refute this conclusion.").
- 56 TIMN0107822-7823 at 7823 (US 21275).
- 57 25055597781-7998G (US 23028\*).
- 58 1000046538-6546 at 6538-6542 (US 26074); 2021423403-3497 at 3488 (US 36743).
- 59 1003293588-3588 (US 20168).
- 60 DeNoble WD, 17:9-20:2; *See also*, 2023963269-3341 at 3312-2213 (US 20398) (DeNoble testimony at 1994 Waxman hearings).
- 61 DeNoble WD, 38:4-16, 39:3-9; Mele WD, 25:19-26:21.
- 62 33 2504099642-9666 at 9660 (US 22708).
- 63 2023192361-2362 (US 20380).
- 64 2505597781-7998G (US 23028\*).

- 65 2023799801-9802 at 9802 (US 37048); Henningfield WD, 167:7-168:22. *See also* 2023799804-9804 (US 26802); 2023799803-9803 (US 37049).
- 66 109840698-0702 at 0699-0700 (US 21733) . . . .
- 67 680249785-9786 (US 85391)) [sic].
- 68 202337394-7394 (US 21965).
- 69 2501160364-0371 at 0369 (US 87173).
- 70 2021585328-5378 at 5365-5368 (US 87175).
- 71 Farone WD, 3:12-22.
- 72 Henningfield WD, 35:16-36:16, 41:18-42:7, 54:7-15, 66:23-67:12
- 73 511703121-3121 (US 51575). *See also* 511223463-3484 (US 20840).
- 74 500672011-2172 at 2054, 2111-2112 (US 20645) . . . .
- 75 509479574-9587 at 9854 (US 20829); Henningfield WD, 102:2-4, 102:11-12.
- 76 2046754905-4909 at 4908-4909 (US 20477).
- 77 109869437-9440 at 9437-9438 (US 21707).
- 78 110069974-9982 at 9975 (US 20268); *see also* 400993160-3215 at 3196 (US 75975\*); 100051935-1948 (US 34587).
- 79 Farone WD, 85:7-16.
- 80 Farone WD, 86:10-12.
- 81 510003880-3882 (US 20831).
- 82 682637648-7650 (US 21027); 500004560-4580 (US 20607).
- 83 Henningfield WD, 68:16-69:12, 69:19-70:2.
- 84 2025986551-6553 at 6552 (US 37312); 2025986931-6935 at 6934 (US 37314); 2056128345-8379 (US 20496).
- 85 511223463-3484 at 3466 (US 20840).
- 86 511223463-3484 (US 20840); Henningfield WD, 69:2-18, 74:21-75:13; 85:12-86:14; “Nicotine in Cigarettes and Smokeless Tobacco Products Is a Drug and These Products Are Nicotine Delivery Devices Under the Federal Food, Drug, and Cosmetic Act: Jurisdictional Determination,” 61 Fed. Reg. 44619 (August 1996) (jurisdictional determination annex) at 44974-44975 (US 61237); *see also* Townsend WD at 169:22-170:5; *Technology: Ammoniation*, at 8864-65 (US 20820).
- 87 2026526349-6353 at 6349 (US 86964).
- 88 2026526349-6353, at 6350 (US 86964); 2026377889-7896 (US 37347); 2024761243-1250 (US 86965).
- 89 509018864-8865A at 8864 (US 20820).
- 90 621800840-0899 at 0845 (US 86908).
- 91 400182372-2372 (US 47487).
- 92 DeNoble WD, 31:5-32:15; 1000413881-3964 (US 20100); 1003060443-0503 (US 87091).
- 93 DeNoble WD, 11:8-10, 32:18-33:1, 33:18-35:4, 36:14-18.
- 94 TLT0730001-0850 at 0148-0149, 0382-0383 (US 77011); 82495618-5628 at 5620 (US 86932).
- 95 800335882-5886 at 5884 (US 31906).
- 96 947, *supra*.
- 97 1431, *supra*
- 98 1460, *supra*
- 99 1488, *supra*.
- 100 (no bates) (JD 004538); *see also* 680236589 (JD 004612); (no bates) (JD 001032 at 4-3).
- 101 Henningfield WD, 47:11-48:2; Henningfield TT, 11/22/04, 6794:8-6796:6.
- 102 Henningfield WD, 48-14-49:7.

- 103 Benowitz TT, 11/1/04, 4512:11-4513:1; Dixon WD, 16:13-21.
- 104 Benowitz WD, 59:6-17; 61:15-62:13; Benowitz TT, 11/2/04, 4769:25-4770:4; (no bates) (US 58700 at 10) (Monograph 13); *accord* Burns WD, 1:10-15, 12:10-11, 43:19-45:2; Burns TT, 2/15/05, 13311:9-15; Burns TT, 2/16/05, 13537:6-9.
- 105 Farone WD, 119:7-120:15; Farone TT, 10/7/04, 1866:2-17.
- 106 Farone WD, 121:3-9.
- 107 Morgan PD, *Price v. Philip Morris, Inc.*, 6/5/02, 75:3-15.
- 108 170042567-2574 at 2568, 2574 (US 20292); Smith WD, 79:5-22.
- 109 Farone WD, 2:2-8, 2:15-19, 117:15-118:8; Farone TT, 10/12/04, 2169:18-22, 2170:5-11, 2171:25-2172:8, 2182:11-2190:7; Wigand WD, 8:11-17; 120:5-17.
- 110 2021544486-4496 at 4486-4488 (US 20348); *see also* Whidby WD, 45:11-12 (noting, in the context of this exhibit, that “Marlboro 85’s” refers to Marlboro Reds, a full-flavor cigarette brand).
- 111 Burns WD, 52:15-53:12.
- 112 Bonhomme WD, 56:6-12; 60:21-61:1; 63:13-18.
- 113 Lilly PD, *Engle v. R.J. Reynolds Tobacco Co.*, 5/7/98, 34:3-39:2.
- 114 Morgan PD, *Philip Morris Inc.*, 10/15/74, 82:25-83:13; 85:9-15; 85:17-86:4.
- 115 Brennan-Lund PD, *Price*, 9/20/02, 140:14-144:11, 186:12-189:19; 2040904809-4811 at 4809 (US 85035).
- 116 650340129-0193 at 0180, 0183 (US 20948).
- 117 503972013-2063 at 2038 (US 66448); Orlovsky WD, 86:4-7.
- 118 566628004-8083 at 8015 (US 20940).
- 119 109883112-3117 at 3115, 3117 (US 20264); 105657908-7909 (US 20248).
- 120 Henningfield WD, 48:3-49:7.
- 121 FTC Cigarette Testing; Request for Public Comment, 62 Fed. Reg. 48,158, 48,159 (Sept. 12, 1997) (US 88618).
- 122 Comments of Philip Morris Inc., R.J. Reynolds Tobacco Co., Brown & Williamson Tobacco Corp., and Lorillard Tobacco Co. on the Proposal Titled FTC Cigarette Testing Methodology Request for Public Comment (62 Fed. Reg. 48,158) at 2-3, (no bates) (US 88618) (“Joint Comments”).
- 123 *Id.* at 4.
- 124 *Id.* at 43.
- 125 *Id.* at 60, 82.
- 126 *Id.* at 89.
- 127 ATC2746877-6887 at 6877, 6878, 6887 (US 59009); *compare with* 1000861953-1953 (US 35484) (Wakeham 3/24/61) (“As we know, all too often the smoker who switches to a hi-fi cigarette winds up smoking more units in order to provide himself with the delivery which he had before.”).
- 128 *Compare* 682637627-7629 at 7629 (US 22946) *with* 521060910-0912 (US 20892).
- 129 Ivey WD, 67:19-21; TLT1040050-0055 at 0052-0054 (US 88620); Ivey WD, 64:1-67:11.
- 130 Spears PD, *Minnesota*, 9/23/97, 70:2-72:2.
- 131 32 Farone WD, 116:3-14; 525311179-1223 at 1185, 1207-1208, 1222 (US 52977).
- 132 Comments of Philip Morris Inc., RJR Tobacco Co., Brown & Williamson Tobacco Corp., and Lorillard Tobacco Co. on the Proposal Titled FTC Cigarette Testing Methodology Request for Public Comment (62 Fed. Reg. 48,158) at 3, 94 (“Joint Comments”) (US 88618)
- 133 *Accord* 2041186475-6517 at 6478, 6504 (US 22181\*) (November 29, 1994 submission to the National Cancer Institute on behalf of B&W, American Tobacco, Lorillard, and Liggett contending that smokers use FTC tar and nicotine ratings primarily for information relating to taste considerations, referring to what Defendants called “the well-established significance of the FTC’s machine-determined yields for comparing the flavor, richness and satisfaction of different brands of cigarettes,” and predicting that if modifications to the FTC Method occurred, “[c]onsumers . . . would be deprived of important information about the flavor, taste and feel of cigarettes -- information consumers consider to be highly relevant in distinguishing among” brands).

- 134 Morgan PD, *Price v. Philip Morris, Inc.*, 6/15/02, 45:2-45:25, 45:2-46:25, 47:2-47:25, 48:2-48:25, 49:2-49:25, 50:2-50:25, 51:2-51:5, 52:15-52:20.
- 135 Morgan PD, *Philip Morris Inc.*, 11/25/74, 174:10-175:4; 175:16-175:25.
- 136 Farone WD, 129:18-132:17; 2024983860-3862 at 3860 (US 20015).
- 137 Morgan PD, *Price*, 6/5/02, 42:16-42:25; 43:2-43:25; 44:2-44:25; 45:2 - 45:25; 63:10-63:25; 64:2-64:25; 65:2-65:21; 1004888470-8484 (US 85009); 502641641-1646 (US 85008).
- 138 Bonhomme WD, 11:18-20; 12:12-15.
- 139 Keane WD, 46:18- 48:23; Keane TT, 1/18/05, 10369:20-10370:25; 2048216131-6135 at 6134 (US 38655).
- 140 (no bates) (US 87741).
- 141 503394459-4485 at 4464 (US 85036).
- 142 Burger PD, *Arch v. American Tobacco Co.*, 8/21/97, 226:9-243:18.
- 143 TLT0960025-0029 at 0027-0028 (US 87993); Schindler WD, 66:4-67:16.
- 144 190245079-5080 (US 85018); Brookes PD, *United States v. Philip Morris*, 3/31/03, 146:18-148:12; 149:3-149:20; 150:14-150:18.
- 145 TLT1040056-0062 at 0061 (US 88628); Ivey WD, 70:5-14.
- 146 (no bates) (US 9182) (1993 advertisement in Sports Illustrated magazine stating: “10 packs of Carlton Menthol have less tar than 1 pack of these brands”); (no bates) (US 9122) (1992 advertisement noting same); Biglan WD, 281:17-283:22; (no bates) (US 9093) (1992 Carlton advertisement stating same); 970469347-9474 at 9464-9466 (US 85104) (1990s Carlton advertisements stating same); (no bates) (US 9186) (1993 advertisement stating: “A WHOLE CARTON OF CARLTON . . . HAS LESS TAR THAN 1 PACK OF THESE BRANDS. . . . Carlton is lowest in tar and nicotine”); Smith WD, 68:15-21.
- 147 01124257-4265 at 4259, 4257-4258 (US 20033).
- 148 Orlowsky TT, 10/13/04, 2288:24-2289:19.
- 149 VDOJ6743-6744 at 6743 (US 64727) (emphasis in original); LeBow TT, 4/4/05, 17594:24-17596:17.
- 150 LeBow WD, 63:16-64:1.
- 151 85530255-0264 at 0262-0263 (US 31998) . . . .
- 152 03537131-32 (US 22357).
- 153 96509517-9519 at 9519 (US 56890).
- 154 502987407-502987418 at 7408 (US 20708).
- 155 Krugman, WD, 85:11-92:18.
- 156 92352889-2890 (US 21725).
- 157 680092632- 2668 at 2664-2665 (US 21693); 170043558-3593 at 3581-3582 (US 20293); 679018003-8278 (US 87928).
- 158 500863242-3272 (US 20654).
- 159 502303940-3940 (US 22067); Horrigan PD, *United States v. Philip Morris*, 10/25/01, 25:1-27:8.
- 160 Eriksen WD, 1/17/05, 49:7-53:5; VXA1900036-0049 (US 63946).
- 161 507525019-5023 at 5020, 5022 (US 20778).
- 162 517145060-5108 at 5064, 5082, 5085 (US 20877).
- 163 Chaloupka WD, 94:23-124:4.
- 164 Chaloupka WD, 124:7-136:20.
- 165 Wessel PD, *United States v. Philip Morris*, 3/19/03, 28:17-29:1.
- 166 *Id.* at 36:23-37:12.
- 167 [Dolan WD, 61:15-16.]
- 168 Beasley TT, 3/31/05, 17358:1-17359:16.
- 169 *Id.* at 17364:11-17369:23.

- 170 Camisa PD, *United States v. Philip Morris*, 6/28/02, 85:20-87:2, 92:2-93:15.
- 171 Schindler WD, 214:13-215:8.
- 172 Orłowsky TT, 10/13/04, 2277:25-2278:25.
- 173 94945731-94945736 at 5734 (US 90002).
- 174 Ivey TT, 11/17/04, 6241:1-6243:11; 469100116-0136 (US 89166) (Confidential).
- 175 98600272-0273 (US 22212).
- 176 509321275-1290 (US 21993).
- 177 Ivey WD, 48:6- 49:4.
- 178 Krugman WD, 107:18-20.
- 179 TIMN0164421-4424 at 4423 (US 34445\*) . . . .
- 180 2044046017-6022 at 6021-6022 (US 66716).
- 181 680286673-6686 at 6675-6676 (US 20999); 690149518-9531 at 9520-9521 (US 21046).
- 182 MNAT00600156-0157 (US 22349).
- 183 TIMN0131524-1525 (US 85153).
- 184 Watson PD, *United States v. Philip Morris*, 4/2/02, 190:5-191:6.
- 185 507706384-6384 (US 20782).
- 186 Dolan WD, 24:3-16; Krugman WD, 17:2-19:1; Chaloupka WD, 30:8-32:20; Biglan WD, 100-379
- 187 Dolan WD, 61:6-16.
- 188 Dolan WD, 24:3-16; Krugman WD, 84:1-99:23; Chaloupka WD, 30:8-32:20; Biglan WD, 100-379.
- 189 Krugman WD, 23:10-24:4.
- 190 TIMN0067732-7755 at 7734 (US 22047).
- 191 93443843-3843 (US 32289).
- 192 100993158-3165 at 3158 (US 89556).
- 193 2021502671- 2678 at 2678 (US 22950).
- 194 TIMN0067732-7755 at 7734 (US 22047)
- 195 2025025457-5460 at 5457 (US 75152).
- 196 2021553739-3926 at 3901-3905 (US 36767).
- 197 2021502102- 2134 at 2105-2106 (US 20346).
- 198 2023914279-4284 at 4280 (US 88584).
- 199 TIDN0008865-8890 (US 65559).
- 200 (JD 002923 at 8360029); (JD 054352).
- 201 See US 25643[.]
- 202 (no bates at 32-33) (JD 045158).
- 203 2063908736-8736 (US 20514); 83205163-83205165 (US 23493).
- 204 BR2000545-0785 at 0553 (JD 065024).
- 205 321140944-0949 at 0944 (US 20586); 2021181803-1812 at 1803 (US 22155); 2047720166 0173 at 0169; (US 23966); 321091680-1729 at 1685 (US 28271).
- 206 2500048956-8969 at 8967 (US 27901).
- 207 401033325-3328 (US 24099).
- 208 USX6390001-0400 at 0045-0046 (US 89555) (BATCo); USX6390001-0400 at 00780079 (US 89555) (B&W); USX6390001-0400 at 0147-0148 (US 89555) (Lorillard); USX6390001-0400 at 0194-0195 (US 89555) (PM); USX6390001-0400 at 0272, 0274-0275 (US 89555) (RJR).

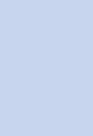
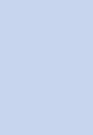
- 209 (US 92012).
- 210 Ward TT, 11/4/04, 5076:9-5077:22.
- 211 TLT0390003-0003 (US 7676).
- 212 ARG0412302-2303 (US 86747); *see also* ARU6220813-0814 (US 86743).
- 213 TLT0231830-TLT0231910 at 1844 (US 76316).
- 214 (no bates at 32-33) (JD 045158).
- 215 86205205-5206 (US 21091).
- 216 Eisenberg TT, 11/9/04, 5631:9-24
- 217 Eisenberg WD, 52:6-10, 53:10-16; Eisenberg TT, 11/15/04, 5852:10-5853:7.
- 218 2085317779-7809 at 7802 (US 22200); 86616778-6810 (JD 042662); Eisenberg TT, 11/15/04, 5663:14-18.
- 219 Eisenberg TT, 11/15/04, 5864:3-11
- 220 Eisenberg WD, 54:14-17.
- 221 11319256-9256 (US 20281).
- 222 Wigand WD, 54:2-55:16; 202347085-7086 (US 22032).
- 223 Wigand WD, 59:13-23.
- 224 *Id.* at 60:1-6.
- 225 *Id.* at 64:15-23.
- 226 680050985-1001 at 0986 (JD 053700).
- 227 Wells WD, 21:6-8.
- 228 109878083-8089 at 8089 (US 21767); Read PD, *United States v. Philip Morris*, 07/25/03, 157:20-159:3.
- 229 2043725390-5391 (US 20449).
- 230 Farone TT, 10/7/04, 1947:19-1950:20; Farone WD, 156:3-15; Rowell TT, 3/23/05, 16645:15-16646:1, 16654:12-16655:15.
- 231 DeNoble WD, 13:20-15:7, 22:6-25:12; Mele WD, 14:2-14:14, 20:3-22:12.
- 232 Gulson WD, 16:21-17:7, 17:24-18:6. 3951.
- 233 Gulson WD, 32:18- 33:9; *McCabe* at 22.
- 234 Gulson WD, 29:20-30:5.
- 235 *McCabe* at 98.
- 236 325274431-4448 at 4434 (US 87012).
- 237 325274431-4448 at 4434 (US 87012) (*ênfase no original*); *ver também* 321667716-7716 (US 88345); 325274431-4448 at 4433 (US 87012) (“Memos and notes can be barriers to effective communications and often need additional verbal explanation. Talking to someone face-to-face or on the phone is often the better way.”); 325274431-4448 at 4435 (US 87012) (“Remember that verbal communication is best if you are dealing with a sensitive subject.”); *ver também* 503119213-9241 at 9230 (US 29646\*) (“In order to help your [sic] decided how to write something, having decided it really needs to be a writing, we suggest that you use what we call the ‘mental copy rule.’ Imagine that what you are about to write will be seen by the person you would least like to see it. Send a mental copy (not to the real one of course!) of your record to the newspaper, to Philip Morris, to the Government or to a potential opponent in a court case.”).
- 238 304058260-8263 at 8260 (US 85632) (*ênfase no original*).
- 239 107443680-3689 at 3682 (US 34839).
- 240 109878083-8089 (US 21767); Read PD, *United States v. Philip Morris*, 07/25/03, 181:22-184:11, 186:8-189:21; Read WD, 57:3-11; Read TT, 03/22/05, 16442:22-16443:17, 16445:13-16447:2, 16448:11-16453:1.
- 241 102880241-0259 at 0253, 0255-0259 (US 26242).
- 242 Dietz PD, *United States v. Philip Morris*, 07/01/02, 150:3-155:12; *ver, por ex.*, LWDOJ9290576-0582 at 0576 (US 21217); *ver também* Dietz PD, *United States v. Philip Morris*, 05/29/03, 96:24-107:16.

### **Tobacco Control Legal Consortium**

O *Tobacco Control Legal Consortium* é uma rede de programas de suporte jurídico a mudanças nas políticas de controle do tabaco nos Estados Unidos. Aproveitando o conhecimento especializado de colaboradores em diversos escritórios jurídicos, o Consórcio trabalha no sentido de assistir a comunidades com necessidades legais urgentes, bem como de incrementar os recursos jurídicos disponíveis para o movimento de controle do tabaco. O escritório central do Consórcio, localizado no *William Mitchell College of Law* em St. Paul, Minnesota, encaminha as solicitações de assistência jurídica e coordena os serviços dos escritórios parceiros. Os serviços especializados de assistência legal incluem a elaboração de projetos de lei; pesquisas sobre legislação; análise e estratégia; treinamentos e apresentações; a preparação de documentos legais de peritos; e suporte em litígios.

### **Aliança de Controle do Tabagismo**

A Aliança de Controle do Tabagismo é uma organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco.



**Organização  
Pan-Americana  
da Saúde**  
Escritório Regional para as Américas da  
Organização Mundial da Saúde

**ACT** br

Aliança de Controle do Tabagismo

<http://www.actbr.org.br>



**Canada** 